



## ESBOÇO PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL DO LATIM NO BRASIL: construindo uma periodização<sup>1</sup>

### Episódio I – Período Colonial

José Amarante Santos Sobrinho  
(Universidade Federal da Bahia)

#### ANTE REM

Duas declarações que poderíamos chamar de recentes, dada a longevidade daquela que se converte em nosso objeto de estudo, a língua latina, servem-nos de mote para o início desta discussão. Uma de 2005, de Orlando de Rudder, para quem “a língua latina está muito bem de saúde, para uma morta” (p. 10);<sup>2</sup> outra de Peter Burke, 1993, para quem, “embora declarado ‘morto’, o latim recusou-se a ser enterrado” (p. 53).<sup>3</sup> Evidentemente, então, essas declarações nos direcionam à constatação de um bom momento do latim no final do século XX. Elas trazem consigo também a informação de um processo, de uma mudança de estado, o que nos faz montar uma imagem de “sobes” e “desces” na história da língua no mundo moderno.

- <sup>1</sup> O trabalho cuja proposição começa com a escrita destas primeiras páginas faz parte de uma pesquisa maior sobre usos do latim no Brasil, uma busca de elementos para uma História Social do Latim, com uma análise mais detalhada dos métodos publicados no século passado. Sua motivação surgiu quando, em uma instituição de ensino superior, nos ofereceram livros antigos que iriam ser descartados: eram métodos de latim, já desprezados e destinados ao lixo, não fosse a lembrança de quem nos os ofereceu acreditando que podiam ser de nosso interesse. Castillo Gómez (2003, p. 122) fala, em relação aos bens simbólicos do passado, sobre o tempo da conservação, ou seja, em relação à cultura escrita, há o tempo da produção, da recepção e o tempo da conservação. Então, tomamos para nós a tarefa e acolhemos aqueles métodos como objeto de pesquisa (em fase de desenvolvimento), uma forma de conservar uma parte do que se produziu de materiais didáticos para a aprendizagem da língua.
- <sup>2</sup> Em tradução de Tiago Marques do livro *In uino ueritas: Dictionnaire commenté des expressions d'origine latine*, de 2008.
- <sup>3</sup> Em tradução de Álvaro Luiz Hattner do livro *The art of conversation*, de 1995.

Assim, embora nossos interesses de pesquisa convirjam para o entendimento dos usos do latim no século passado,<sup>4</sup> estamos buscando, inicialmente, seguir algumas intuições para entender, através de diferentes pistas de fontes, alguns aspectos relacionados às práticas, aos discursos e às representações ligadas ao uso do latim no Brasil até o século XIX.<sup>5</sup> Optamos, pois, por, a princípio, olhar para as fontes e buscar respostas para algumas inquietações iniciais:<sup>6</sup> Que latim se leu no Brasil? Quem lia? Por que lia? O que se escrevia em latim? Quem e em quais contextos escrevia? Quem e como se ensinou o latim? Como entendemos seu processo de avanços e retrocessos enquanto objeto de estudo? São, pois, esses os trilhos, iniciais ao menos. Obviamente, pensar nessas questões nos direciona a pensar em diferentes tipos de documentos, em momentos e em cenários. Em outras palavras, nos indagamos se poderíamos pensar em práticas de leitura e de escrita do latim e em que fontes? Ou se poderíamos pensar em discursos e representações e com que fontes (CHARTIER, 1999; CASTILLO GOMÉZ, 2003)?

#### PORTAM ITINERI DICI LONGISSIMAM ESSE

*(Dizem que numa viagem o percurso mais longo é o da porta<sup>7</sup>)*

Uma vez estabelecido e aceito que podem ser as práticas, os discursos e as representações os elementos a serem observados, então nos deparamos com o problema das fontes. Castillo Gómez (2003, p. 108-116), num trabalho esclarecedor sobre História da Cultura Escrita, nos adverte que, para a compreensão do significado global do escrito, é necessário reconstruir as conexões entre as suas diferentes materialidades. Para ele, está assim posta a principal referência do que deve ser a área: “a conjunção de três histórias que haviam avançado em paralelo: a história das normas, das capacidades e dos usos da escrita; a história dos livros ou, mais amplamente, dos textos manuscritos e impressos (e eletrônicos, teria que incluir já); e a história das maneiras de ler” (p. 108)<sup>8</sup>. Para ele, então, a partir

4 Nosso projeto de doutorado está voltado para um estudo dos métodos para o ensino de latim publicados no século XX.

5 Neste artigo, nos ocupamos, nesse passeio histórico, do período colonial.

6 Essas questões iniciais referem-se, dado o recorte feito para este artigo, conforme nota 5, à boa parte do período colonial, marcado pela presença jesuítica no Brasil.

7 Expressão que aparece na *De re rustica*, de Varrão (1,2,2), em que adverte que sempre o mais difícil é começar.

8 “La conjunción de tres historias que habían avanzado en paralelo: la historia de las normas, de las capacidades y de los usos de la escritura; la historia de los libros o, más ampliamente, de los

de Roger Chartier, são três as direções a se seguir para se fazer história da cultura escrita: o estudo dos discursos, das práticas e das representações.

Assim postos esses princípios, voltamos à questão da análise da cultura escrita no recorte que estamos propondo em relação ao latim. Desde já, esclarecemos que, quando falamos de cultura escrita, estamos nos referindo a um conceito amplo, que não se refere apenas aos atos de escrever. Por cultura escrita, entendemos as relações entre eventos, tempos, pessoas, suportes e textos escritos, o que inclui as atividades ligadas tanto à produção da escrita, quanto à recepção e à conservação. Em outras palavras, poderíamos visitar Castillo Gómez (2003, p. 96) quando se refere à cultura escrita como “un fenómeno lleno de matices, objeto de distintos puntos de vista”<sup>9</sup>, cujo estudo inclui:

saber por qué razones se ha hecho uso de la escritura en cada momento y sociedad, conocer la distribución de las capacidades de escribir y de leer, las materialidades de lo escrito, y los distintos lugares, espacios y maneras en los que se há experimentado su recepción y apropiación, en fin, las prácticas de la escritura y de la lectura, es una forma de hacer historia cultural.<sup>10</sup>

Com esses conceitos agora mais delineados, esboçamos alguns nortes iniciais sobre a forma como conduziremos, daqui para frente, o entendimento desses princípios em relação à cultura da escrita do latim no Brasil. Estamos, pois, considerando como *fontes dos discursos*: as leis e diretrizes que regulamentavam o ensino do latim, as indicações dos programas de leitura e das modalidades de textos, as teses e publicações acadêmicas sobre o ensino da língua, sobre a seleção dos textos, as determinações da Igreja e sua relação com a história do ensino da língua e com a manutenção/exclusão de determinadas práticas. Como *fontes das práticas*: os métodos de latim com/sem anotações e indicações de leitura; observação das pistas de não leitura de livros (o livro como objeto de decoração, por exemplo); análise do número de edições de cada obra, dos comentários oficiais sobre obras impressos nos próprios livros; as versões *ad usum* dos textos; as propagandas de

---

textos manuscritos e impressos (y electrónicos, habría que añadir ya); y la historia de las maneras de ler” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 108).

9 “um fenômeno cheio de matizes, objeto de distintos pontos de vista”

10 “Saber por que razões se tem feito uso da escrita em cada momento e sociedade, conhecer a distribuição das capacidades de escrever e de ler, as materialidades do escrito, e os distintos lugares, espaços e maneiras nos quais se há experimentado sua recepção e apropriação, enfim, as práticas da escrita e da leitura, é uma forma de fazer história cultural.”

livros nas edições. E, por fim, como *fonte das representações*:<sup>11</sup> textos em capítulos de livros metodológicos ou em prefácios das obras em que se trata “das utilidades” e “da importância do latim”, observando as representações de sociedade e de formação veiculadas. Dado o recorte estabelecido para este artigo, o latim no período colonial, nos centraremos na análise dos discursos, embora seja possível vislumbrar algumas pistas relacionadas às práticas.

Por enquanto, numa perspectiva mais indiciária (GINZBURG, 1989),<sup>12</sup> e, numa escala temporal, com vistas à observação das formas de acesso aos materiais escritos em latim e de circulação e posse de obras que circularam no Brasil no período aqui considerado, nos debruçamos sobre materiais diversos numa busca de pistas sobre usos sociais do latim em nossas terras: cartas de jesuítas, documentos normativos da Igreja, sermões, biografias, autos de devassa, livros literários, além de nos valermos de estudos acadêmicos sobre história da leitura e dos livros no Brasil, especialmente o de Jorge de Souza Araújo (1999).

Advertimos, desde o início, que estamos desprezando algumas obras de análise histórica, em função de: a) preferencialmente nos atermos, quando possível, a fontes primárias; b) considerarmos, na sequência, obras que se basearam em fontes primárias; c) observarmos que alguns estudos publicados abordam superficialmente questões extremamente complexas, sem seguir os passos *a* e *b*.

## DE NIHILO NIHILUM<sup>13</sup>

*(Nada nasce do nada)* – Os discursos

Olhar e penetrar nos métodos de ensino de latim no século XX (que é a parte central de pesquisa maior em desenvolvimento), observando os elementos ligados ao ler, é uma tarefa que terá melhor sentido se se considera um momento, um registro, como uma sequência, ou em decorrência de outros. Parece-nos, a princípio, lógico. Entender o estado de uma coisa passa por uma etapa de olhar para trás. Então, nos inquieta agora a pergunta sobre os primórdios do latim no Brasil, sobre seu uso, seu significado enquanto língua de cultura. Obviamente, estudar

11 Castillo (2003, p. 112-115) apresenta seu conceito e as possíveis fontes de *representações*. Contudo, embora considere esse estudo “a parte mais suculenta do pastel”, não apresenta muitos exemplos de fontes. No desenvolvimento de nosso estudo, pretendemos desenvolver melhor esse conceito e suas fontes.

12 Utilizamos a tradução para o português de Federico Carotti (1989).

13 Pérsio (3,83 s.) transmite este devaneio de um velho doente que medita: ... *de nihilo nihilum, in nihilum nil posse reverti* (nada nasce do nada e nada pode voltar a ser nada)

as formas e os conteúdos de leitura da língua latina no Brasil e os discursos que, nesses contextos, são produzidos significa não perder de vista a sua relação com a vida escolar, espaço onde a língua é estudada e maior fonte de acesso, pensando em termos ótimos, aos textos nela produzidos. Nessa perspectiva, estamos propondo pensar o longo período que vai do século XVI ao século XX (algo em torno de quinhentos anos) em períodos e fases, com o propósito de não perdermos o foco e de observarmos marcos que nos ajudem a compreender as mudanças de pensamento, que sejam representativos para a história da disciplina. Em nossa proposição de períodos e fases, conforme quadro 1, levamos em consideração algumas propostas feitas pelos historiadores da educação no Brasil, mas teremos, em função das especificidades dos estudos latinos, outros marcos que serão levados em conta. Assim, em alguma medida, seguiremos Mattos (1958) e Saviani (2008), especialmente na divisão que propõem para a história da educação colonial. Na sequência, pois, apresentamos um esboço de nossa proposta provisória de periodização para a história do latim no Brasil. Em seguida, discutiremos cada fase do período colonial, tendo sempre duas linhas de observação: i) os aspectos históricos ligados a cada uma e ii) as pistas e sinais de usos do latim no Brasil por fase.<sup>14</sup>

Certamente, dados os limites deste artigo, não entraremos detalhadamente em cada um dos períodos e fases delineados. Contudo, desde já, torna-se imperativo esclarecer como está sendo concebida a periodização proposta. Trata-se, no estágio de estudos em que estamos, de uma proposta provisória, fruto de nossas intuições, advindas de nosso repertório de conhecimento histórico, e de leituras e estudos realizados sobre o ensino do latim no Brasil. Contudo, nossas primeiras leituras, com o objetivo de revisão do que se disse sobre o assunto, nem sempre serão consideradas, já que estamos levando em conta, como dissemos, a análise de fontes mais diretas, primárias, sempre que possível. Dizendo de outra forma, são as fontes e os dados a que estamos tendo acesso que nos darão maior clareza na definição de uma periodização, ainda que, para efeito de checagem de informação e de contrastes de abordagem, estudos que são considerados clássicos sejam levados em conta. Exemplificando, diríamos que, num primeiro momento, fomos seduzidos a considerar todo o período jesuítico como um único período, algo, então, em torno de mais de duzentos anos: da chegada em 1549 até sua expulsão em 1759, por decisão do Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal. Observando, contudo, as fontes que utilizamos para o período, tendo sido as principais os três

---

14 Desde já, seguindo Domingues (2002, p. 12-13), ao admitir a possibilidade de “ser acusado de excesso de citações”, advertimos que, principalmente ao tratarmos de fontes históricas consideradas primárias, preferiremos citá-las diretamente, dando abertura para outras leituras que não apenas a nossa, uma forma de dar voz às fontes.

volumes de *Cartas dos jesuítas*, as *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares* e o *Ratio Institutio Societatis Iesu* (doravante *Ratio Studiorum*), concluímos, inicialmente, que estávamos diante de dois períodos distintos: um em que, no Brasil, prevaleceu um plano de estudos concebido e dirigido por Nóbrega (de 1549 a 1599), com características bem próprias, em função da atenção às particularidades da situação colonial brasileira; o outro, com a promulgação do *Ratio Studiorum*, um plano de estudos de caráter geral, porque destinado a todos os colégios jesuíticos em qualquer lugar do mundo. Uma análise mais apurada posteriormente – e agora pensando com Saviani (2008) – nos fez considerar esses dois marcos como um único período mesmo, dadas as suas macro-características, relacionadas à ação jesuítica, mas subdividido em duas fases, conforme se vê no quadro proposto anteriormente. Neste artigo, nos propomos analisar essas duas fases do período chamado “O latim no período do monopólio da vertente religiosa no Brasil”, conforme designação de Saviani.

PERÍODOS	FASES	CARACTERÍSTICAS
<b>Monopólio da vertente religiosa</b>	<i>Fase heroica</i> 1549 – Chegada dos primeiros jesuítas 1599 – Promulgação do <i>Ratio Studiorum</i> <sup>15</sup>	Fase marcada por uma “pedagogia brasílica”, organizada por Nóbrega
	<i>Fase institucional da pedagogia jesuítica</i> 1599 – Promulgação do <i>Ratio Studiorum</i> 1759 – Decreto de Pombal expulsando os Jesuítas	Marcada pela promulgação do <i>Ratio Studiorum</i> , por orientações de caráter institucional e geral da Ordem dos Jesuítas
<b>Coexistência da vertente religiosa e da vertente leiga</b>	<i>A pedagogia pombalina</i> 1759 – Decreto de Pombal 1834 – Consolidação do ensino secundário	Mudanças no quadro do ensino de latim com a abertura de espaço para ideias inspiradas no laicismo
	<i>Novas demandas decorrentes da emancipação do país</i> 1834 – Consolidação do ensino secundário Início do séc. XX Amadurecimento e desenvolvimento de cursos superiores	Desenvolvimento dos estudos secundários, circulação de ideias e de livros e criação e consolidação de cursos superiores fazem do período um período de transição para os estudos latinos

15 Utilizarei a designação masculina “o” *Ratio* em função de esse uso encontrar-se generalizado entre nós, por uma tradução de *Ratio* por *Plano*. Contudo, a palavra latina *ratio* é feminina.

<b>Avanços e retrocessos</b>	<i>Crescimento de oferta</i> 1942 – Lei de Capanema 1961 – Aprovação da 1ª LDB	Período de vitalidade dos estudos latinos e de volume de publicações na área
	1962 – 1ª LDB 1996 – LDB de 1996	Retirada do ensino do latim de quase a totalidade dos cursos secundários
<b>Período heroico redivivo</b>	<i>Exclusivismo acadêmico no sistema público</i> 1996 – LDB Atual – Revitalização	Facultado o ensino de latim nos cursos superiores pela nova LDB (1996), seu ensino se mantém em instituições públicas, com pequenos e crescentes grupos de estudiosos

Quadro 1: Proposta provisória de periodização para a história do latim no Brasil<sup>16</sup>

## I Período: o latim no período do monopólio da vertente religiosa no Brasil

### *Fase I: “Fase heroica” – de 1549 a fins do século XVI*

Poderíamos dizer, não fosse o caráter episódico da ação, que uma primeira fase do latim no Brasil começa com a celebração da Primeira Missa pelo Frei Henrique de Coimbra. Certamente é o primeiro contato da língua com os povos aqui existentes, ao menos em sua versão eclesiástica.<sup>17</sup> Contudo, é apenas em 1549,<sup>18</sup> com a chegada dos primeiros jesuítas<sup>19</sup> e com a criação do primeiro estabelecimento de ensino, que poderíamos iniciar um período a ser observado, dado o seu caráter estável. Segundo Faria (1941, p. 71; 1959, p. 81),<sup>20</sup> Frei Vicente Rijo inicia o ensino

16 Os marcos para uma história do latim no Brasil, dado o seu maior uso no contexto escolar, ou, como diz Peter Burke (1995), no domínio acadêmico, terminam por refletir demarcações da historiografia oficial.

17 Saviani (2008, p. 39-40) cita outras presenças anteriores a 1549: i) Além do Frei Henrique de Coimbra, mais sete missionários franciscanos estiveram no Brasil no período, ficando em nossas terras em ações evangelizadoras até 2 de maio de 1500, junto à frota de Cabral; ii) Em 1503 ou 1516 vieram ao Brasil (Porto Seguro) mais dois frades franciscanos, que dois anos depois foram assassinados pelos índios; iii) Junto à armada de Martim Afonso de Souza, mais um grupo em 1534; iv) Em 1537, cinco franciscanos espanhóis desenvolvem obra catequética junto aos índios Carijós na Região Sul do Brasil.

18 Chegada da expedição de Tomé de Souza.

19 Padres Manuel da Nóbrega, João de Azpilcueta-Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires e Irmãos Diogo Jácome e Vicente Rijo Rodrigues. Leonardo Nunes e Diogo Jácome enviados aos “Ilheos” e Porto Seguro. Navarro e Pires às aldeias da Bahia (*Cartas avulsas*, p. 21).

20 Ernesto Faria publicou, em 1941, o livro “O latim e a cultura contemporânea”, apresentando, no capítulo X, algumas reflexões sobre o ensino de latim no Brasil. Em 1959, publica “Introdução à Didática do Latim”, em que retoma boa parte do livro de 1941. Como não há alteração na abordagem histórica do Latim no Brasil (apenas a mudança para o capítulo VII, na edição de 1959), passaremos a citar, daqui para frente, apenas a edição de 1959.

primário entre colonos e indígenas e se dedica a essa tarefa por mais de cinquenta anos. Nessas escolas, além do ensino de leitura, escrita, contas, doutrina cristã e canto, também se ensinavam “os primeiros rudimentos da língua latina e orações e cânticos religiosos em latim” (1959, p. 81).

Com o plano de instrução elaborado por Nóbrega, temos a primeira fase da educação jesuítica: português para os indígenas, depois a doutrina cristã, a escola de ler e escrever, canto orfeônico e música instrumental (essas duas últimas opcionais); os estudos de *gramática latina* representavam a sequência desses estudos e se destinavam aos que pretendiam realizar estudos superiores na Europa, na Universidade de Coimbra (SAVIANI, 2008, p. 43).

Desse período, em que se fundam a primeira escola regular da Bahia (1551) e as escolas de Piratininga (1554), de São Vicente e do Espírito Santo (ambas em 1556), uma das figuras de destaque é Anchieta,<sup>21</sup> um dos fundadores da Escola de Piratininga, onde ensinava latim, português, espanhol, tupi e religião. Nesse sentido, para Faria (1959, p. 82), Anchieta foi o primeiro humanista das Américas: escrevia com facilidade e fluência essas quatro línguas e compunha hinos, cânticos religiosos, diálogos, mistérios, autos, cartas e a história da Companhia de Jesus no Brasil (*Brasilica Societatis Historia et vita clarorum patrum qui in Brasilia vixerunt*).

Ainda no período, surge o primeiro ensaio de um curso secundário sob a responsabilidade dos jesuítas, em que se dava uma atenção especial ao latim. Trata-se do chamado “Curso Intermediário” ou das “Artes”, que era frequentado pelos filhos das “melhores famílias” da colônia. Os que se formavam nesses cursos recebiam o grau de *mestre em Artes*, que seria, segundo Faria (FARIA, 1959, p. 82), o “equivalente colonial do nosso bacharel em letras”. Os alunos mais aptos e com mais recursos, ao término deste curso, iam estudar Teologia e se dirigiam ao seminário. No volume III das *Cartas Jesuíticas*, Afrânio Peixoto, em Introdução, mostra o envolvimento de Anchieta com a latinidade e com a formação dos mais velhos que vieram ao Brasil: “o bom Padre Manuel de Paiva, um dos fundadores de S. Paulo e outros, foram, em S. Paulo, alunos de latim do irmão Joseph de Anchieta”: “o primeiro nestas partes”<sup>22</sup> (*Cartas Jesuíticas III. Cartas... Joseph Anchieta S. J. 1554-1594*, p. 25).<sup>23</sup>

21 Chega a 13 de julho de 1553, na terceira missão jesuítica, junto ao 2º Governador Geral D. Duarte da Costa. Para essa missão, chegam os padres Luís da Grã, Brás Lourenço e os Irmãos João Gonçalves, Antonio Blasquez, Gregório Serrão, além de Anchieta (*Cartas Avulsas*, p. 25)

22 Afrânio Peixoto faz uma citação do Padre Pedro Rodrigues, biógrafo de Anchieta.

23 Estamos utilizando a edição de 1933: CARTAS JESUÍTICAS III. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta S.J. (1554-1594)*. Daqui para frente citaremos essa obra como *Cartas Jesuíticas III*.

No seminário,<sup>24</sup> segundo Faria (1959, p. 82), as aulas eram dadas em latim, obedecendo à tradição jesuítica, o que nos direciona a uma interpretação de usos orais da língua em contextos de instrução. Sobre isso, trataremos mais à frente.

Evidentemente, qualquer tipo de inserção no mundo da população local era de difícil engenho, dadas as dificuldades decorrentes de contatos de diferentes ordens: cultural, linguística, religiosa. A instrução seria, pois, um meio de se chegar à conversão, não só religiosa, mas, em seu bojo, uma conversão também para os costumes e os valores da cultura europeia. Então havia a necessidade de um pensamento estratégico. A fundação do Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia – e posteriormente a do Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente – foi a consequência da estratégia de Nóbrega para a organização do ensino: atrair os “gentios” agindo sobre as crianças. Não é à toa a chegada de meninos órfãos vindos de Lisboa, já que, através da mediação dos meninos brancos, havia a intenção de atrair os meninos índios para que pudessem influenciar seus pais, principalmente os caciques. Era uma forma de converter toda a tribo para a fé católica<sup>25</sup> (SAVIANI, 2008, p. 43).

O plano de Nóbrega, levado de forma precária e encontrando na própria Ordem jesuítica alguma oposição, será substituído pelo “plano geral de estudos organizado pela Companhia de Jesus e consubstanciado no *Ratio Studiorum*” (SAVIANI, 2008, p. 43).

#### Usos do latim na fase heroica

Para entendermos a configuração do latim no período, é preciso que levemos em conta o momento de prestígio cultural reservado à língua. Era o latim naquele momento a língua da cultura, do pensamento científico e que tinha a Igreja como uma espécie de sua detentora. Evidentemente, a Igreja, que vinha de uma tradição secular de uso da língua em sua escrita literária e em seus processos e formalidades litúrgicas, tinha um papel fundamental. Basta nos lembrarmos que, após os grandes períodos da produção literária clássica e pós-clássica, com o desenvolvimento do Cristianismo, serão os padres da Igreja que irão produzir toda uma literatura cristã, apologética, filosófica, em língua latina. A literatura, até então variada em seus estilos, gêneros e temas, passa a ser uma literatura monotemática, voltada para a exaltação cristã.

24 Também para Faria (1959, p. 82), o seminário era o “único estabelecimento de ensino superior por esta ocasião existente no Brasil”.

25 Saviani se refere a uma pedagogia Brasílica, “uma pedagogia formulada e praticada sob medida para as condições encontradas pelos jesuítas nas ocidentais terras descobertas pelos portugueses”. Seriam os expoentes dessa pedagogia “Nóbrega e Anchieta, secundados por Leonardo Nunes, Antônio Pires, Azpilcueta Navarro, Diogo Jácome, Vicente Rijo Rodrigues, Manuel de Paiva, Afonso Braz, Francisco Pires, Salvador Rodrigues, Lourenço Braz, Ambrósio Pires, Gregório Serrão, Antonio Blasques, João Gonçalves e Pero Correia”.

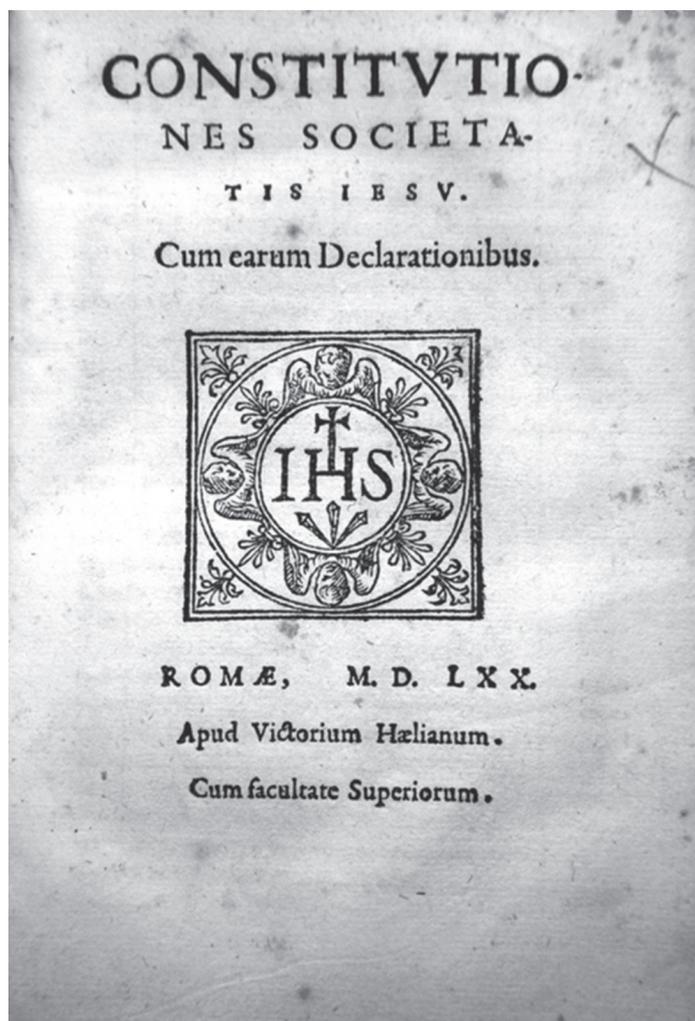


Figura 1: Frontispício do livro  
*Constitutiones Societatis Iesv. Anno 1558*

Ernesto Faria (1959, p. 82) também nos lembra sobre a importância do latim no período. Para ele, “a matéria que era ensinada com mais carinho e que reclamava as maiores atenções era o latim, língua internacional da ciência e em grande parte da diplomacia e dos tratados, além de litúrgica e oficial da Igreja Católica.” Conforme vimos, o próprio Faria adverte quanto aos usos orais da língua em contextos avançados. É o que se pode ver também nas *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares* (doravante *Constituições*).<sup>26</sup> Na norma 381, a obrigação

26 Segundo Serafim Leite, quando os jesuítas chegaram ao Brasil para o início de seu trabalho, ainda não estavam finalizadas as Constituições da Companhia de Jesus. Daí a ida à Europa, em 1554,

é imperativa para os que frequentam os cursos humanísticos, que deverão falar habitualmente em latim, devendo decorar tudo o que for indicado pelos professores. Na mesma norma, a indicação de que um dos alunos mais adiantados deveria fazer um sermão, “em latim ou em grego, sobre um tema edificante...” (p. 129). O tema volta na norma 456, indicando a exigência para os alunos das faculdades superiores: “[Os professores] levarão também os que estudam humanidades a exercitar-se na fala habitual do latim, a fazer composições literárias e a declamá-las corretamente” (*Constituições*, 456, p. 142).

Nas *Normas sobre os bons costumes*, delimita-se a periodicidade semanal para declamações feitas por um estudante, como forma de exercitar o estilo e de incentivar os bons costumes, tratando de assuntos edificantes para que os ouvintes se sintam convidados a querer progredir na pureza e na virtude. E se diz: “E deverão estar presentes todos os que entenderem latim”. Um episódio relacionado a essa norma das *Constituições* aparece em uma das cartas (XXXI) de Anchieta, conhecida como “Breve narração das coisas relativas aos colégios e residências da Companhia nesta província brasílica”,<sup>27</sup> escrita em 1584. Anchieta narra sobre a vinda do Padre Visitador ao Colégio, tendo sido recebido com alegria e entusiasmo, com o pronunciamento de três discursos pelos Irmãos: “um na lingua portuguesa; outro na brasílica; finalmente, outro, na latina. (*Cartas Jesuíticas III*, Carta XXXI, p. 404).

Saber latim então parecia mesmo uma exigência, especialmente aos cursistas dos níveis mais avançados. Na norma 461, mais uma vez, a ênfase em relação à necessidade de saber latim: “Pode acontecer que alguém, pela idade e talento, não precise senão de latim, e das outras matérias só na medida em que são indispensáveis para a audição de confissões e para as relações com o próximo (*Constituições*, p. 143).

Obviamente, as *Constituições* também previam as dificuldades de se cumprir esta norma dadas as características regionais das localidades onde se encontravam missões da Ordem, como deve ter sido o caso brasileiro em seus primeiros momentos:

Se as circunstâncias do lugar, do tempo, ou das pessoas, pedirem alguma alteração quanto aos exercícios de repetições, discussões escolares, e de falar latim, deixa-se a decisão ao discernimento do Reitor com a autorização, ao menos geral, do seu Superior (*Constituições*, 382, K, p. 129)

---

do Pe. Leonardo Nunes: trazer as *Constituições* (em vigor desde 1552), que só chegam a nossas terras em maio de 1556.

27 Província de São Vicente.

Nessa mesma linha de exceções, ao reconhecer a necessidade de se ler latim e grego, em função de serem as línguas em que se encontram grande parte das fontes das ciências sagradas e documentais eclesiásticas, a norma 86 informa: “**Onde for possível**, aprendam latim e grego, ou pelo menos obtenham a preparação e os conhecimentos suficientes para entender e empregar com facilidade” tais fontes (*Constituições*, p. 264, grifo nosso).<sup>28</sup>

As *Constituições*, pensadas para a Companhia como um todo, certamente encontraram realidades e povos distintos. E, entre aberturas e fechamentos do texto inaciano, havia a possibilidade de algumas adaptações, especialmente iniciais. Não é difícil pensar que todas as normas não foram aplicáveis igual e indistintamente em cada missão jesuítica.

Discutindo o funcionamento das primeiras manifestações teatrais no Brasil, Serafim Leite (1938, p. 600) reconhece que, apesar das normas que exigiam o uso do latim, a tragédia do *Rico Avaro e Lázaro Pobre* deve ter sido em português. Segundo ele, “se fosse em latim, não se explicariam as conversões retumbantes, que produziu, e o agrado de todos”. Na visão de Serafim Leite, as peças escritas em latim só vão aparecer mais tarde, como aplicação escolar dos estudos humanísticos, tendo sido a preferência inicial por peças em português, tupi e castelhano, o que justificaria, a seu ver, a ausência do tema *representações* nas correspondências do fim do século, uma forma de não mostrar a desobediência às normas romanas, e uma desobediência fruto da dificuldade de pô-las em prática (SERAFIM LEITE, 1938, p. 600).

Continuemos, então, a pensar nos usos do latim no Brasil. Lemos, com Saviani (2008), sobre a chegada dos meninos órfãos vindos de Lisboa, que terá como decorrência a fundação dos Colégios dos Meninos de Jesus (inicialmente na Bahia e depois em São Vicente). Era, como vimos, uma forma de atrair os “gentios” agindo sobre as crianças, estratégia de Nóbrega para a organização do ensino. Serafim Leite (1938, p. 547), no tomo II da sua célebre *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ao narrar sobre as relações desses meninos órfãos com meninos indígenas e seus pais, nos dá mostra do uso de cantigas na língua da terra. Para ele, “as cantigas eram aperitivos para manjar mais sólido” (SERAFIM LEITE, 1938, p. 547), ou seja, eram uma forma de se chegar às orações e, conseqüentemente, à doutrina cristã. Assim, citando um *Post Scriptum* à carta dos Meninos Órfãos, de 5 de agosto de 1552 (*Epistolae Brasilienses 1550-1660*),<sup>29</sup> mostra o uso de fórmulas mnemônicas em latim, repetidas em orações:

28 Todos os grifos em citações das *Constituições* são nossos.

29 Não tivemos acesso a essa fonte citada por Serafim Leite, daí a sua não inclusão nas Referências.

Não tardou que, unidos todos êstes meninos da metrópole e da colônia, entrassem pelas Aldeias dos arredores e ensinassem aos Índios adultos o seguinte: “Paixão de Nosso Senhor, Mandamentos, Pater-Noster, Credo e Salvè-Rainha em sua língua. De maneira que os meninos em sua língua ensinam os pais e os pais vão com as mãos postas atrás dos seus filhos, cantando ‘Santa Maria’, e êles respondendo: *ora pro nobis*” (p. 547, grifo nosso).

Certamente, os usos do latim nesse período, pela população local, estão circunscritos a essas fórmulas, em cantigas e orações. No “Annual do Brasil para a província Toledana e Aragoneza, do ano de 1567”, uma carta escrita em 1568 pelo Padre Francisco Gonçalves, em Salvador, vê-se uma citação de cântico em latim pelos “moços da escola”: “Costumam ajuntar os moços da escola em um logar ou juntar-se pelas manhãs cedo em a igreja a louvar a Deus, resando o hymno *Dominus creator*” (*Cartas Jesuíticas II – Cartas Avulsas - 1550 – 1568*, p. 496).<sup>30</sup>

Sem dúvida, as condições de acesso ao latim eram diferenciadas. Deveriam viver na colônia, além da população local, colonos portugueses e estrangeiros, alguns com conhecimentos anteriores de latim, outros aprendendo-o nas terras brasileiras. Nos *Fragmentos Históricos*, em *Cartas Jesuíticas III*, de Anchieta, temos notícia do francês Joannes de Bolés, um conhecedor de língua, incluindo a grega e a latina: “homem douto nas letras latinas, gregas, hebraicas e mui lido na escritura sagrada, mas grande herege” (p. 312). Segundo Anchieta, o “Senhor de Boulez” ou Bolés, como era conhecido, “com medo de Villegaignon que pretendia castigá-lo por suas heresias, fugiu com alguns outros para S. Vicente nas canoas dos Tamoios que iam lá á guerra com título de os ajudarem”. Se, por um lado, Bolés é citado como conhecedor de latim, por outro, podemos também observar, no registro do depoimento de Anchieta, em 22 de abril de 1560, no processo movido contra Bolés, um deslize do escrivão ao escrever uma palavra na língua. Para a palavra latina *nihil* (nada), o termo registrado pelo escrivão foi “nichel” (VIOTTI, 1990, p. 84). A edição posterior do depoimento corrige o lapso do escrivão: “E prometeu dizer a verdade. E perguntado pelo costume e coisas dele, disse *nihil*. [...] E o assinou aqui com o dito vigário. E eu Antônio Rodrigues de Almeida, que o escrevi.”

Evidentemente, ainda, pensando em termos de cultura escrita, o contato com o texto latino se dava também através das leituras feitas pelos jesuítas às classes de alunos. Afrânio Coutinho, na Introdução ao volume II das *Cartas Avulsas*, surpreende-se com a possibilidade: “Estuda-se latim, musica, logica e, até a ‘Eneida’ de Vergilio, um irmão lente lê e commenta em classe” (p. 13). Indo diretamente às fontes, na Carta LIV (de 1564), do Padre Antonio Blasquez, escrita no “Collegio da

30 Nas demais citações desse volume de cartas, utilizaremos a designação *Cartas Avulsas*.

Bahia de Todos os Santos” para Portugal, cita-se o Padre Luís Carvalho, conhecido como “latino”, pelos padres, dada a sua desenvoltura com a língua: “... lê o irmão Luis Carvalho pela manhã uma hora de poesia do **livro 2 da Eneida** aos mais adiantados”. Em seguida, dado o assoberbamento de trabalho do padre, a carta faz a solicitação de mais “latinos”: “... esperando que V. Revma., vendo esta falta, se resolva a mandar-nos dessa provincia alguns Irmãos **latinos** que ajudem aquelles que pouco podem” (*Cartas Avulsas*, p. 428-429).<sup>31</sup>

O tema da falta de “latinos” já havia aparecido na carta LIII, de 1564, do mesmo Padre, na Bahia, para o Padre Provincial de Portugal:

Uma só cousa tem posto nesta obra difficuldade, que é tirar um Padre que está em casa que lê grammatica, para o permudar a Pernambuco [...] vendo V. Rvma. esta necessidade, nos mandará alguns Irmãos latinos que possam supprir estas necessidades, assim deste collegio como de Pernambuco (p. 415).

Aqui e acolá, nas *Cartas*, há sempre o anúncio de envios de padres a outras regiões, dada a necessidade de professores de latim. Na carta XLVIII, do Padre Leonardo do Valle e endereçada aos padres e irmãos da Companhia de Jesus em S. Roque, o tema já aparecia em data anterior às que já citamos, 1562. Nesse caso, perde-se um professor, mestre de latim, em uma região, para que aprenda a gramática da terra, em outra:

O padre Viegas está presente neste collegio [da Bahia], onde **ajuda as confissões e lê a classe de latim**, de que até agora teve cuidado o padre Jorge Rodrigues, que o dia que leixou a classe o mandaram pera Santo Antônio e assi lhe quiz Nosso Senhor conceder effectuarem-se seus fervores e desejos que **tinha de ser antes discípulo de grammatica da terra que mestre nest’outra** (*Cartas Avulsas*, p. 356-357, grifos nossos).

Do volume dedicado especialmente às suas missivas (*Cartas Jesuíticas I. Manuel da Nóbrega. Cartas do Brasil 1549 – 1560*),<sup>32</sup> na Carta X, enviada ao Padre Provincial de Portugal, em 1552, aparece o seu encanto com dois meninos – aos quais se refere como “primícias desta terra” que “serão muito para a Companhia” – e sua indicação para os estudos do latim no país. Era uma forma de, posteriormente, se ordenarem e retornarem para ajudar “aquelles que pouco podem”: “... e não ha cá mais que aprender, e mandava-os para aprenderem lá virtudes um

31 Todos os grifos às citações de trechos das *Cartas Jesuíticas I, II e III* são nossos.

32 Nas demais citações relacionadas a esse volume de cartas, utilizaremos a designação *Cartas Jesuíticas I*.

anno e **algum pouco de latim, para se ordenarem como tiverem idade...**” (*Cartas Jesuíticas I*, p. 131, grifos nossos).

O tema é, de fato, recorrente nas missivas. Em Anchieta, na Carta de Piratininga, escrita na Casa de S. Paulo, em 1554, também aparece a dificuldade com a falta de mestres de latim: “... **apenas um sabe a língua latina**; como, pois, bastará para acudir-se a tal e tanto trabalho?” (*Cartas Jesuíticas III*, p. 49, grifos nossos). Também em Anchieta, nos *Fragmentos históricos*, Carta XXXVI, p. 484, ao falar sobre o Padre Manuel de Paiva, vimos a dificuldade em relação à obediência a preceitos das *Constituições* quanto ao exame com os clérigos. O Pe. Paiva teria entrada já velho na Companhia e “não sabia muito latim, cousa de que naquele tempo se fazia pouco caso”.

Em função do exposto, mantemos a designação “Período heroico”, dada por Mattos (1958) e Saviani (2008) para a fase que estamos analisando. Heroico, no sentido de representar esforços grandiosos para a instrução, ainda que o objetivo por trás dela tenha sido a catequese.

O conhecimento desse período se dá, em grande medida, pelo contato com textos escritos pelos jesuítas, especialmente as suas cartas oficiais e seus documentos normativos, conforme nossas análises feitas até então. Estamos, pois, numa atividade metalinguística, de uma leitura e escrita sobre a leitura e a escrita naquele período. A língua latina, então, aparece como a grande estrela da constelação jesuítica; além do uso para a instrução e nos contextos que apresentamos, materializa-se nos textos epistolográficos oficiais por eles escritos e em seus documentos normativos. Poderíamos falar, então, considerando essas últimas perspectivas de possibilidade de escrita, numa atividade metalinguística jesuítica: um documento normativo em latim em que se trata dos usos imperativos da língua latina, conforme as orientações que se seguem das *Constituições* sobre o envio de cartas:

Para que as notícias da Companhia possam comunicar-se a todos, proceder-se-á da seguinte maneira: os que em diversas casas ou colégios dependem do Provincial **escreverão todos os quatro meses uma carta em língua vernácula, que contenha só notícias de edificação, e outra em latim do mesmo teor**. Enviarão uma e outra em duplicado ao Provincial. Este mandará ao Geral um dos exemplares em latim e outro em vernáculo, ajuntando uma carta sua a contar os fatos importantes ou edificantes omitidos nas primeiras. Do mesmo exemplar tirará tantas cópias quantas forem necessárias para dar conhecimento delas aos outros membros da Província. (*Constituições*, 675 M, p. 192)

Nesse sentido, o talento de Anchieta logo se destaca. Versado em quatro línguas (tupi, latim, português e castelhano), torna-se uma indicação para a escrita

das cartas quadrimestres, exigidas pelas *Constituições*. Na Introdução ao Volume III das *Cartas Jesuíticas*, em que aparece um artigo de Capistrano de Abreu, do *Jornal do Rio*, de 31 de agosto de 1927, são afirmadas essas características do jesuíta, tendo sido professor de primeiras letras e de latim, inclusive ensinando irmãos e sacerdotes, como o fez ao superior da missão, o Padre Manuel de Paiva. Além disso, salienta-se o trabalho noturno de Anchieta na cópia dos livros, dada a falta de material de ensino de que pretendemos tratar mais à frente (*Cartas Jesuíticas* III, p. 12).

O conhecimento das quatro línguas das quais falamos antes permite a Anchieta o experimento de produção literária em todas elas: o tupi, o português, o castelhano (sua língua materna) e, de nosso interesse aqui, o latim. Acompanhando Nóbrega em Iperoig (atual Ubatuba), para o auxiliar na comunicação com os índios e na tentativa de controlar o clima hostil entre os moradores de São Vicente e os Tamoiós, e, depois feito refém enquanto as negociações prosseguiram com Nóbrega, Anchieta “fez voto de consagrar á Virgem se conseguisse atravessar incolume as tentações da carne” (*Cartas Jesuíticas* III, p. 13) um poema em latim. É, então, a partir desse episódio em Iperoig, que nasce o poema latino, escrito em terras brasileiras, *De beata Virgine Dei Matre Maria*; na areia da praia, pois estava “em terra alhea, onde nam tinha livros, nem papel, nem tinta, né penna [...], compunha os versos, & logo virando-os á praia, fazia della branco papel, em que os escrevia, pera melhor metellos em memoria” (VASCONCELLOS, 1672, p. 87).<sup>33</sup> Segundo Vasconcelos, tendo retornado para casa, Anchieta passou para o papel o poema: “começou à desemrolar daquelle thezouro felicissimo de sua memoria” (p. 97), reescrevendo os 4.172 versos em dísticos. Analisando, a dedicatória feita à Virgem, Vasconcelos, em tom laudatório, diz que “he digno compararse nosso Poeta, com qualquer dos melhores da antiguidade” (p. 99).

Esse contexto de escrita e relações com textos da Antiguidade nos direciona, agora, a pensar sobre as formas de relação com o livro, com os escritos em latim e suas condições de leitura. Tomaremos, inicialmente, como ponto de partida, as próprias reflexões dos jesuítas em suas cartas sobre a circulação dos livros. No Livro I, da *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* (doravante *Chronica*),<sup>34</sup>

33 Padre Simão de Vasconcelos, um dos muitos biógrafos de Anchieta, com a obra: *Vida do veneravel Padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesu, tvmatvrgo do Novo Mundo, na prouincia do Brasil*. O poema, em latim, está transcrito na obra.

34 *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo*. Tomo Primeiro (e único). 2ª ed. coorrecta e augmentada. Vol. I. Com Prothesto do author, datado de 1662. Edição primitiva, 1663. Livros Primeiro e Segundo – Das notícias antecedentes, curiosas, e necessárias das cousas do Brasil. Livros Primeiro e Segundo da Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil.

temos disso notícia, mais uma vez, agora pelo Padre Simão de Vasconcelos que cita as dificuldades em relação ao acesso aos livros para a instrução, tantos para os Irmãos da Companhia, quanto para os estudantes brancos e mamelucos das vilas circunvizinhas. Era Anchieta quem “lia a classe” de *Grammatica* e quem conduzia os discípulos nessas condições adversas: “O trabalho era excessivo: ainda naquele tempo não havia nestas partes copia de livros, por onde pudessem os discípulos aprender os preceitos de *Grammatica*” (p. 90). Aqui, em Vasconcelos, aparece a narração, que mencionamos anteriormente, sobre os esforços de Anchieta para “remediar” a falta dos livros:

Està grande falta remediava a charidade de Joseph à custa de seu suor, e trabalho, escrevendo por propria mão tantos quadernos dos dittos preceitos, quantos erão os discipulos que ensinava; passando nisto as noites sem dormir, porque os dias occupava inteiros nas obrigacões do officio: e acontecia não poucas vezes romper a manhã, e achar a Joseph com a penna na mão. (p. 90)

O Pe. Simão de Vasconcelos narra, assim, sobre as obras dos também jesuítas de tempos passados. Folheando, então, uma fonte mais direta, percebemos em Nóbrega, no ano da sua chegada junto aos demais jesuítas, a preocupação com o pedido de livros ao Padre Mestre Simão Rodrigues de Azevedo, em carta de 9 de agosto de 1549, portanto depois de pouco mais de quatro meses nas terras brasileiras.<sup>35</sup> Junto ao pedido de “ferramenta de carpinteiro” para Antônio Pires e de sementes para Vicente Rodrigues, “porque é ermitão”, Nóbrega solicita livros em seu nome e no nome do Padre Navarro: “o padre Navarro e eu, os livros, que já lá pedi, porque nos fazem muita mingua para dúvidas que cá há, que todas se perguntam a mim” (p. 87).

De modo célere para a época, os livros chegam às mãos de Nóbrega cerca de cinco meses depois, uma vez que, em carta de 6 de janeiro de 1550, de Porto Seguro, para o Pe. Simão Rodrigues, ele o registra, informando, ao destinatário de sua missiva, que o que constava em sua carta de envio dos materiais havia chegado, “isto é, duas caixas com os livros e ornamentos para as igrejas, os quaes eram muito necessários, porque com a ajuda do Senhor se farão igrejas em muitos logares” (p. 111). Entre as solicitações de livros, é também Serafim Leite quem nos aponta um pedido, datado de 1555, do Pe Grã, da Bahia, que solicitava livros de texto, para os iniciantes e para os adiantados (p. 542).

---

35 Nóbrega e companheiros jesuítas saem de Lisboa, junto a Tomé de Souza, em 1º de fevereiro de 1549 e, depois de sessenta e seis dias de viagem, segundo Vasconcellos, chegam à Bahia. Na Carta I, de Nóbrega, ao Padre Mestre Simão, a data da chegada à Bahia é 29 de março de 1549.

Certamente, também viriam obras traduzidas. Segundo Serafim Leite (1938, p. 541), “o Padre João Vicente Yate pediu, em 1593, várias obras em inglês, latim e espanhol”. Serafim Leite cita ainda o Irmão Pero Correia, que, em 1553, pedia livros em “linguagem” (p. 541), explicando a razão de sua insistência: “‘Porque não sou latino’, isto é, porque não posso utilizar livros em latim, que não compreendo” (SERAFIM LEITE, 1938, p. 541).

Para vislumbramos os contatos com a língua latina nesse momento, é preciso pensarmos sobre as edições dos clássicos latinos feitas no período.<sup>36</sup> Nesse sentido, Domingues (2002), em tese de doutoramento defendida na Universidade do Porto, toma como objeto de análise em parte de seu trabalho as antologias de autores latinos organizadas e/ou adotadas pelos jesuítas. O *corpus* documental com que trabalha Domingues é estruturado a partir de seletas de textos latinos clássicos utilizadas pelos docentes da Companhia de Jesus em suas aulas: algumas designadas por *sylva*, termo latino para *floresta*, *selva* e, por extensão, *coleção*, *miscelânea*, que, segundo o pesquisador, foram organizadas pelo jesuíta Cosme de Magalhães; outras, já sem designação, que também são antologias organizadas segundo a própria orientação da Companhia (CARVALHO, 1986 apud DOMINGUES, 2002). Entre as edições preparadas *ad hoc*, constam trechos das seguintes obras latinas:<sup>37</sup>

De Ovídio:	<i>Metamorfoses, Heroides, Amores, Arte de Amar e Remédios do Amor; Os Fastos, Tristium, De Ponto, “sentenças”</i> destinadas à memorização
De Terêncio:	<i>Ândria, Eunuco e Heautontimorúmenos; “Prólogos”</i>
De Plauto:	<i>Cativos, Estico, Aulularia, Trinumus,</i>
Tíbulo e Propércio:	<i>Alguns poemas</i>
Cícero:	Vários discursos, <i>Tusculanas, Epístolas, “Paradoxos”</i>
Salústio:	<i>Conjuração de Catilina</i>
Quinto Cúrcio:	“Texto”
Marcial:	Epigramas selecionados
Sêneca:	<i>Tiestes, As Troianas, Hercules Furens e Medeia</i>
Floro:	<i>De Gestis Romanorum</i>

36 Estou adotando o conceito de “clássico” conforme a abrangência que o termo tem em Aulo Gélío (*Noites Áticas*, XIX, 15), que se refere a *scriptor* como *classicus* em função da correção de sua linguagem, o que o torna modelo de latinidade. Ver também Silva (1988, p. 505); Domingues (2002, p. 8); Cairus (2011, p. 125).

37 Estou indicando aqui os títulos da forma como foram apresentados por Domingues (2002).

Plínio:	<i>História Natural</i>
Tito Lívio:	<i>História Romana</i>
Juvenal:	<i>Sátira</i>
Estácio:	<i>Silvas</i>



Figura 2: Frontispício do livro

*Sylva Diversorum avtorum, qui ad usum schorum selecti svnt*, 1587

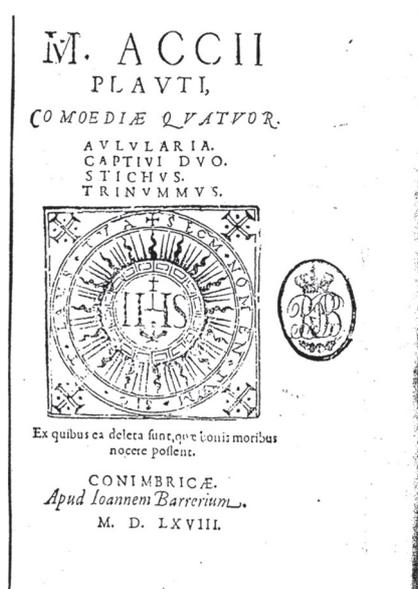


Figura 3: Frontispício do livro

*M. Accii Plauti, Comoediae Quatuor. Aulularia, Captivi duo, Stichus, Trinummus*, 1568

Nas antologias,<sup>38</sup> estão, pois, representados grandes nomes da prosa e da poesia latinas, tendo ficado de fora dois de seus maiores nomes: Horácio e Virgílio. Para Domingues, a ausência desses poetas não significa a ausência de sua leitura, uma vez que no currículo do *Ratio Studiorum* são indicadas as Éclogas de

38 Domingues analisou as seguintes antologias do século XVI: *Sylvae variorum autorum, qui inferioribus classibus idonei sunt, tomus secundus*. Lisboa, 1593; *Ovidii Nasonis, Fastorum lib. VI, Tristium lib. V, De Ponto lib. IIII*. Lisboa, 1575; *Sylvae illustrium autorum, qui ad usum collegiorum Societatis Jesu selecti sunt, volumen primum*. Lisboa, 1588 (contém na mesma encadernação: *Sylvae diversorum autorum solutae orationis, qui ad usum inferiorum classium selecti sunt liber primus e liber tertius in quo continentur nonnulla opuscula ex philosophia Cic. et diversis historiarum autoribus collecta, quae mediis classibus inseruire possunt*); *M. Val. Martialis Epigrammaton selectorum lib. XIII*. Coimbra, 1569; *Epistolarum selectarum Ciceronis libri 3*. Lisboa, 1566; *M. Accii Plauti comoediae quatuor: Aulularia, Captivi duo, Stichus, Trinummus*. Coimbra, 1568; *L. Annei Senecae Cordubensis tragoediae duae*. Coimbra, 1559 [Tiestes e As Troianas]; *L. Annei Senecae Cordubensis tragoediae duae: Hercules Furens et Medea*. Coimbra, 1560; *L. Flori De Gestis Romanorum libri IIII*. Coimbra, 1576; *Sylva diversorum autorum, qui ad usum scholarum selecti sunt*. Lisboa, 1587; *T. Livii Patavini Historiarum ab Urbe condita decadae primae liber primus*. Lisboa, 1593.

Virgílio (para o curso de gramática superior) e as *Odes* de Horácio (para o curso de humanidades). Ele também explica que, dada a presença frequente dos poetas nos estudos da época, certamente haveria boas edições de que poderiam lançar mão os jesuítas. A ausência de certos autores se deve ao fato de Domingues analisar antologias publicadas em Portugal. Em outros países certamente houve edições desses autores. Encontramos, por exemplo, uma edição *ad usum* de Horácio, publicada em Roma em 1569, conforme se vê na figura 4:



Figura 4: Frontispício do livro

*Quintus Horativus Flaccus ab omni obscenitate purgatus ad usum Gymnasiorum Societatis Iesv*, 1569

Apesar da ausência dos dois ditos maiores poetas da latinidade clássica, é maior o número de poetas antologizados e menor o número de prosadores, e Ovídio é o que está mais representado (p. 10). Devemos nos lembrar, contudo, que são obras constituídas de trechos dos clássicos latinos e, certamente, expurgadas de quaisquer abordagens que fossem contra a moral e os bons costumes. Não é à toa a presença de Ovídio como o mais antologizado e com obras que certamente eram censuradas. Domingues explica que o maior número de obras em verso se deve ao fato de que “a poesia prestava-se bem ao aproveitamento de ‘lições’ para a vida” (p. 10). Daí seu foco em obras em verso, já que tinha como objetivo observar “os cortes, as omissões, as manipulações de textos, praticados pelos organizadores das antologias” e a relação dessas operações textuais com as exigências de censura da época (p. 10).

Apenas para ficarmos com um exemplo do tipo de expediente utilizado pelos organizadores das antologias, observemos, com Domingues (p. 16), o caso de uma advertência “ad lectorem”, em que se invoca Platão, numa tentativa de explicar a seleção feita, ou, como sugere Domingues, a seleção e a censura:

[...] Plato [...] admonuit ne fabulae quae adolescentibus traderentur legendae aliquid vitii containerent, quod in mores redundare posset. ([...] advertiu Platão que os textos dados a ler aos jovens não deveriam conter vícios susceptíveis de afectar os [bons] costumes).<sup>39</sup>

Em relação aos objetivos da antologia (nesse caso, de poemas de Ovídio e de textos de outros autores), a censura aparece com fins pedagógicos e moralistas:

Non minus ad commoditatem librorum, quam ad mores tenerae aetatis exemplo antiquae virtutis, pie et caste informandos instituta est. (Foi elaborada com os olhos postos tanto na utilidade das obras [escolhidas], como na piedosa e casta formação dos [bons] costumes da tenra idade, através do exemplo da virtude antiga).

Certamente, essas seriam, na melhor das hipóteses, as obras que devem ter chegado ao Brasil para o auxílio na tarefa jesuítica, segundo os frequentes pedidos de obras para a instrução presentes nas cartas dos inacianos. Isso quer dizer que, se houve algum acesso de leitores brasileiros à leitura dos clássicos, isso se deu com restrições, com a imposição de uma censura que, certamente, produziu outras obras, a partir de sua “seleção”.

Traçando o seu *Perfil do leitor colonial*, Araújo (1999, p. 24), dadas as poucas fontes sobre leituras no período, acredita que circularam no Brasil, nesses primeiros momentos, apenas livros ligados à tarefa evangelizadora, os livros de devoção. Segundo ele, nas Cartas Jesuíticas, não há informação direta sobre títulos. De fato, uma leitura atenta das cartas aponta apenas para a necessidade de livros, embora não haja, nos pedidos, indicação explícita de um ou outro título. Assim, em relação à leitura em latim, presume-se que tenha ocorrido, inicialmente, através das cópias de materiais feitas pelos próprios jesuítas. Apenas numa carta, como vimos laudas atrás, há a referência à *Eneida*, de Virgílio, carta em que o Padre Antonio Blasquez cita o Padre Luís Carvalho, conhecido como “latino” e que lê uma hora de poesia do segundo livro da *Eneida* aos mais adiantados (*Cartas Avulsas*. Carta LIV, p. 428). Ou seja, possivelmente, os jesuítas não teriam, em suas suas estantes,

39 As traduções desses trechos são de Domingues (2002, p. 16)

apenas “pequenas obras de orientação religiosa e catequética” e Virgílio não teria “chegado em fins do século XVI” (ARAÚJO, 1999, p. 34-35).

Em posição oposta ao levantamento de Domingues (2002) de antologias latinas preparadas no século XVI para Portugal e que certamente serão as que viriam depois para o Brasil, Serafim Leite (1938, p. 543) afirma que “os livros poéticos também não estavam nas boas graças da pedagogia da época”. Pelo que vimos em Domingues, o maior número de textos antologizados eram em verso. Concordam, entretanto, os autores em relação às proibições e às interferências nos textos para serem lidos nas escolas.<sup>40</sup> De fato, a orientação já aparecia nas *Constituições*, no Capítulo XIV – *Os textos das aulas*, normas 468 e 469:

Quanto aos livros de estudos humanísticos, latinos ou gregos, evitem-se, na medida do possível, que, nas universidades como nos colégios, a juventude leia livro algum com coisas ofensivas aos bons costumes, sem serem antes expurgados de passagens ou expressões imorais. (*Constituições*, [468] 2).

As *Constituições* se referem também a situações em que pode haver a impossibilidade de realização da tarefa expurgatória. Nesse caso, segundo o texto inaciano, “se alguns, como Terêncio, não puderem de modo algum ser expurgados, mais vale não se ler, para que a natureza dos assuntos não ofenda a pureza dos corações” (*Constituições*, [469] D).

Serafim Leite (1938, p. 543), embora admita, como vimos, que os livros poéticos não seriam os preferidos, nos dá uma pista sobre a presença, no Brasil, de textos de alguns autores latinos já expurgados:

Igual proibição atingia certos clássicos latinos. A Congregação Provincial da Baía (1583) propôs ‘que se desse alguma emenda aos livros de humanidades de Plauto, Terêncio, Horácio, Marcial e Ovídio’<sup>41</sup>. Com efeito, receberam-se no Brasil êstes autores, como se usavam, já expurgados e adaptados ao ensino da juventude, no Colégio Romano (p. 543).

Araújo, em seu clássico livro *Perfil do leitor colonial*, já citado, também observa os efeitos da censura jesuítica, com “seus próprios modelos de purgação de costumes e exalçamento da moral, arruinando, em parte, a graciosa visão latina de mudança social, de uma ética à base do *castigat ridendo mores*” (p. 40). Em seguida,

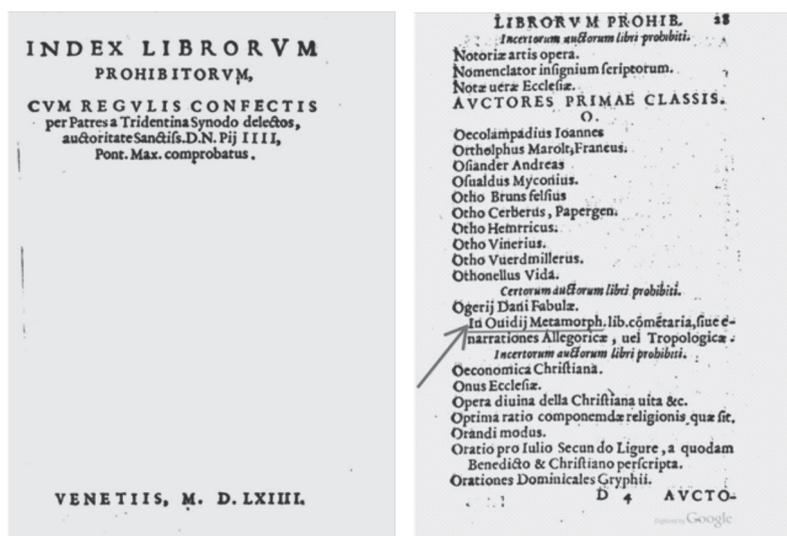
40 Essa prática vai desembocar, nos séculos seguintes, no que poderíamos chamar de Pedagogia *ad usum scholarum* do latim, que perdura até hoje.

41 Infelizmente, ainda não tivemos acesso à fonte utilizada por Serafim Leite.

inquieta-se com o desejo de conhecer que obras devem ter sido lidas, já que, a seu ver, sabemos apenas que autores devem ter sido lidos:

Sim, sabemos que o século XVI brasileiro lia Horácio e Ovídio,<sup>42</sup> mas o que de Horácio e Ovídio? As *Metamorfoses*? A *Arte Poética*? A *Arte de Amar*? Provavelmente, os trechos das infinitas seletas que nos chegaram até o século XIX...” (ARAÚJO, 1999, p. 40).

Podemos vislumbrar possibilidade de resposta para uma dessas perguntas (Virgílio, como vimos, deve ter sido lido). Em relação às *Metamorfoses*, de Ovídio, nos autos da *Primeira Visitação do Santo Ofício: Confissões da Bahia*, em confissão de Nuno Fernandes, de 17 de fevereiro de 1592 (final do período que estamos analisando), a obra, tida como proibida, é citada como de posse do autuado e lhe é exigido que a apresente à mesa: “confessou que **tem Ovidio de Metamorfosis em limgoagem** nao sabendo ser deffesso [...] e sendo perguntado pellos livros dixeu que somente tinha ora o ditto Ovidio e foi lhe mandado que o trouxesse a esta mesa” (p. 189).<sup>43</sup>



Figuras 5 e 6: Frontispício do *Index Librorum Prohibitorum* (1563) e Página do *Index* em que é citada a obra *Metamorfoses* de Ovídio (grifo nosso)

42 Aqui, contrariamente ao que afirma sobre a circulação exclusiva de materiais de devoção, em latim, Araújo admite a possibilidade de outras leituras.

43 Aqui observamos a referência à obra de Ovídio que constava no *Index Librorum Prohibitorum*, aprovado em 3 de julho de 1551, que “estabelecia a sorte de livros cujo conteúdo era considerado contrário aos bons costumes” (SCHWARCZ et al, 2002, p. 135-136). Nuno Fernandes poderia ter sido preso por possuir uma obra constante da lista. Estaria também sujeito à prisão quem tivesse conhecimento de alguma obra da lista e não denunciasse aos inquisidores.

Para além das questões da censura, segundo Serafim Leite (1938, p. 543), havia uma distinção entre os livros escritos em latim e os escritos “em romance”. O maior rigor praticado em relação aos livros escritos em romance se devia, segundo ele, pela possibilidade de suscitar devaneios “em cabeças juvenis, e porque eram obstáculo ao cultivo sério do latim, a língua culta de então”. Ou seja, era certamente, naquele momento, mais difícil encontrar uma obra traduzida em vernáculo e, havendo e sendo proibida, deveria ser lida nos espaços mais privados da casa. Assim, possuir em fins do século XVI um título latino escrito em língua vernácula é sinal de ter existido, ainda que de pouca circulação, a obra latina, ainda que proibida pela Inquisição. Obviamente, concordamos com Araújo em relação à existência majoritária de obras em latim de caráter devocional e com fins catequéticos, mas não deixaríamos de considerar que algum contato, ainda que com trechos expurgados, houve com obras latinas clássicas, tenha sido pela audição da leitura de um livro, como a *Eneida*, tenha sido pela leitura, nos porões de casa, de uma obra caçada, como as *Metamorfoses*. Ou tenham sido outras obras e outras formas de acesso de que não temos notícia.

*Fase II: Fase institucional da pedagogia jesuítica – 1599<sup>44</sup> a 1759<sup>45</sup>*

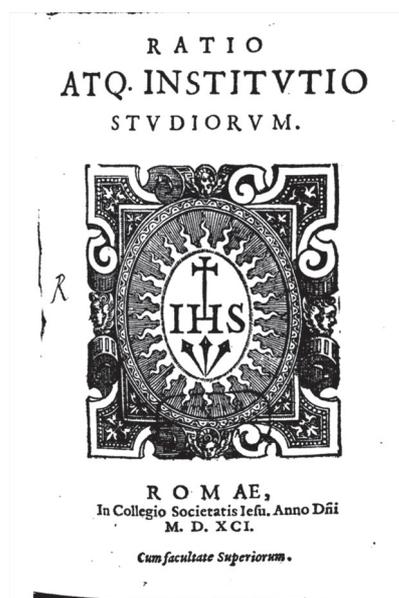


Figura 7: Frontispício do livro

Ratio Atq. Institutio Studiorum, Romae, In Collegio Societatis Iesu. Anno Dni M.D.XCI

44 Promulgação do *Ratio Studiorum*.

45 Início do período pombalino.

O fim da chamada “fase heroica”, marcada por condições materiais desfavoráveis, se prenuncia com o plano de redízima, adotado em 1564 pela Coroa portuguesa, através do qual dez por cento dos impostos arrecadados na colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuíticos. Tendo suas origens desde trabalhos realizados em 1548, conforme veremos à frente, esse novo contexto permitirá à Companhia de Jesus a consolidação de uma primeira versão do seu Plano de Estudos, já anunciado na IV parte das *Constituições*. Dialogando com Saviani (2008), marcamos o final da primeira fase da língua latina no Brasil em 1599, quando se chega à versão definitiva do *Ratio Studiorum*,<sup>46</sup> um plano geral de estudos a ser implantado em todos os colégios da Ordem no mundo e no qual “os estudos latinos ocupavam sempre o primeiro lugar” (FARIA, 1959, p. 83). Nele, os estudos iniciais ligados à aprendizagem do português e ao ler e escrever propostos por Nóbrega perdem seu lugar, devido ao caráter universalista<sup>47</sup> e elitista<sup>48</sup> do *Ratio*:

FASE I – PLANO DE NÓBREGA			FASE II – RATIO STUDIORUM	
ESTUDOS INICIAIS	Português (para indígenas)		SUPRIMIDOS	
	Doutrina cristã			
	Escola de ler e escrever			
	Opcionais	Canto orfeônico		
Música Instrumental				
PROSSEGUIMENTO	Duas direções	Profissional: Aprendizado profissional e agrícola	ESTUDOS INFERIORES <sup>49</sup> (Curso de humanidades) 6 a 7 anos	Gramática inferior, gramática média, gramática superior, retórica e humanidades
		Estudos Superiores na Europa: Gramática latina	ESTUDOS SUPERIORES	Filosofia (03 anos) e Teologia (04 anos)

Quadro 2 – Contraponto Fase 1 à Fase 2

Para Saviani (2008, p. 56-57), em relação aos estudos superiores do *Ratio*, “no Brasil os cursos de filosofia e teologia eram, na prática, limitados à formação dos padres catequistas. Portanto, o que de fato se organizou no período colonial

46 *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*, código com 467 regras relacionadas a todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino.

47 O plano deveria ser adotado por todos os jesuítas onde quer que estivessem (SAVIANI, 2008, p. 56).

48 Pela proposta, o plano basicamente se destinou aos filhos dos colonos, excluindo os indígenas. Assim, acabou por ser um instrumento de formação da elite colonial.

49 Equivalente, segundo Saviani (2008, p. 56), ao atual curso de nível médio.

foi o curso de humanidades (“estudos inferiores”), que tinha a duração de seis a sete anos e cujo conteúdo reeditava o *Trivium* da Idade Média”: gramática (quatro e cinco séries – assegurar a expressão clara e precisa); dialética, chamada no *Ratio* de humanidades (uma série – destinava-se a assegurar uma expressão rica e elegante); retórica (uma série – buscava garantir uma expressão poderosa e convincente). Nesses cursos, predominava a necessidade do estudo do grego e do latim. A língua vernácula, a história e a geografia, subordinadas ao grego e ao latim, eram ensinadas na leitura, versão e comentários dos autores clássicos (SAVIANI, 2008, p. 57).

Estamos, assim, saindo de uma fase de pedagogia mais voltada e adaptada a uma realidade de início de formação de uma colônia para uma fase em que há uma proposta de universalização metodológica jesuítica, que se impõe pelo *Ratio Studiorum*. Como nossa opção tem sido buscar observar as configurações de cada período ou fase analisando fontes primárias, mais à frente nos debruçaremos sobre o texto do *Ratio Studiorum*, a fim de verificar como estão estruturadas as orientações para o ensino do latim.

Fruto de uma série de sucessivas revisões, o Plano de Estudos que conhecemos por *Ratio Studiorum* não surge repentinamente em 1599. O próprio Inácio de Loyola, nas *Constituições*, adverte sobre a necessidade de um plano de estudos mais detalhado e comum a toda a Companhia. Essa necessidade vai surgir, evidentemente, quando outros colégios são abertos em outras regiões do mundo conhecido. É assim que, depois de meio século de tentativas, de experimentos e de várias versões,<sup>50</sup> em janeiro de 1599, através de uma circular comunicativa, todas as provinciais tomavam conhecimento não da “comunicação de um projeto de estudos, mas da promulgação de uma lei” (FRANCA, 1952, p. 23). O *Ratio Studiorum* é fruto de uma época, e sua avaliação, que não será nosso escopo aqui, deve se dar pelo entendimento dessa época. Como nos lembra França, em sua edição de 1952 do *Ratio*, o trabalho é empresa de meio século: “Experiência rica, ampla, variada, que talvez constitua um caso único na história da pedagogia”.

#### Usos do latim na fase marcada pelas determinações do *Ratio Studiorum*

Tomaremos como início desta discussão a edição de 1599 do *Ratio Studiorum*, com vistas a observar as exigências de leituras de autores latinos e as determinações de usos da língua. O período marcado pelo *Ratio* diferencia-se do período anterior, atravessado, como vimos, por uma “pedagogia brasílica” (SAVIANI, 2008, p. 19), em que há uma adaptação de Nóbrega, dadas as aberturas das *Constituições*, para as ações catequéticas num contexto complexo de início de colonização.

50 Para conhecer a história de como foi concebido o *Ratio Studiorum*, conferir a Introdução da edição de 1952, do Padre Leonel França.

No *Ratio*, o que se vê é um conjunto de regras em que se determinam tanto as funções de cada membro da Companhia quanto o desenho curricular a ser utilizado. Dada a ênfase nos estudos do latim proposto pelo *Ratio*, o documento se torna uma fonte interessante para observar os textos valorizados para leitura, as formas de abordagem desses textos e as capacidades de uso da língua a serem desenvolvidas. Aqui, mais uma vez, vamos preferir dar voz às fontes, ainda que as citações possam se tornar numerosas ao longo do texto. É nossa forma de costurar os sentidos, sem sonegar para o leitor a chance de checar as fontes por nós utilizadas.

De antemão, advertimos que estamos considerando, segundo a proposição de Castillo Gómez (2003, p. 114), o *Ratio* como fonte dos *discursos* sobre o ensino e usos do latim. Nesse sentido, buscaremos observar o que se diz sobre os seguintes aspectos relacionados à história da cultura escrita em latim: usos orais da língua (“fala”, recitação, representação), valorização das atividades de memorização, relação entre o uso do vernáculo e do latim, usos escritos da língua, usos da leitura (determinações e censura de autores e textos), indicação de métodos. Certamente, o *Ratio* oferece oportunidade para a análise de diferentes outros aspectos pedagógicos e linguísticos, contudo nos centraremos apenas nos aspectos relacionados, como dissemos, aos usos da língua latina.

#### Usos orais da língua (fala, recitação, representação)

Num plano de estudos em que a Retórica ocupa um lugar de destaque, as atividades relacionadas ao falar desempenham, obviamente, um papel significativo. Não necessariamente o falar enquanto elemento para a comunicação/interação, em que se pressupõem turnos de fala e negociações, mas uma oralização representada por discursos, orações, representações, recitações, preleções e citações.<sup>51</sup> No *Ratio*, contudo, essas formas de oralização se encontram vinculadas aos textos escritos considerados modelares de um estilo. E textos escritos latinos, em sua maioria, e gregos. Assim, em diversas partes do documento, o assunto é retomado, insistido, reforçado. Vejamos algumas dessas referências. Nas *Regras do Reitor*, Regra 8, sobre o uso do latim: “Zeze com diligência para que se conserve em casa o uso do latim entre os escolásticos; **desta regra de falar latim não haja dispensa**, exceto

51 Não podemos, contudo, desconsiderar de todo a possibilidade de, em situações raras, o latim ser uma língua de intercurso. A título de exemplo, na História dos feitos recentemente praticados durante os oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc, encontramos referências a um uso pragmático do latim no Brasil. Gaspar Barléu, que escreveu a obra a pedido do próprio Nassau, narra, às páginas 206 e 207, uma situação de interação entre holandeses e portugueses em que o uso do latim tinha função estratégica: “Determinou-se-lhes que usassem nos pactos o latim para não os enganarem os portugueses com as palavras da sua língua”. A obra consultada, escrita em latim por Barléu, é uma edição de 1940, traduzida por Cláudio Brandão.

nos dias feriados e nas horas de recreio ..." (*Ratio Studiorum, Regras do Reitor*, 8<sup>52</sup>, grifo nosso).<sup>53</sup>

O documento, contudo, em meio a fechamentos, também deixa algumas aberturas, em função das diferentes realidades, declarando: "... a menos que, em algumas regiões, não pareça ao Provincial que, ainda nessas ocasiões, se pode conservar com facilidade o uso de falar latim" (*Regras do Reitor*, 8).

As aberturas relacionadas à exigência de falar latim também servem a atender diferentes níveis de estudos. Nas *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, Regra 18, que trata do *Costume de falar latim*, abre-se uma exceção, mas se exige, na mesma regra, que o professor fale sempre em latim:

De modo especial, conserve-se com rigor o costume de falar latim **exceto nas aulas em que os discípulos, o ignoram**; de modo que tudo quanto se refere à aula nunca seja permitido servir-se do idioma pátrio, dando-se nota desfavorável aos que forem negligentes neste ponto; por este mesmo motivo, **o professor fale sempre latim**.

Nas mesmas *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, agora na Regra 27, relacionada à *Preleção*, orienta-se o professor a preparar antecipadamente por escrito o que irá falar e adverte em relação a, quando explicar em latim, o professor o fazer mantendo o mesmo pensamento, mas com frases mais inteligíveis:

[...] leia cada período, e, no caso de explicar em latim, esclareça os mais obscuros, ligue um ao outro e explique o pensamento, não com metáfora pueril inepta, substituindo uma palavra latina por outra palavra latina, mas declarando o mesmo pensamento com frases mais inteligíveis.

Na Regra 9, das *Regras dos Escolásticos da nossa Companhia*, mais uma vez orienta-se sobre a importância de falar latim. Há, contudo, sempre uma relação aos usos de textos memorizados e uma valorização da memória para a estruturação da aprendizagem: "Todos, mas de modo especial os que se aplicam aos estudos de humanidades, falem latim; aprendam de cor o que lhes for prescrito pelo professor e, nas composições, trabalhem, com esmero, o estilo".

52 A tradução do *Ratio* que estou utilizando é a do Padre Leonel Franca, de 1952, que se encontra disponível no site do grupo HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", da Unicamp. Por se tratar de uma edição para fins educacionais e em página de Internet, não mencionarei a indicação dos números das páginas em que se encontram os trechos citados. A edição do *Ratio Studiorum*, digitada pelo grupo HISTEDBR, está disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/.../ratio%2ostudiorum.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/.../ratio%2ostudiorum.htm). Acesso em 15 de junho de 2011.

53 Nos trechos citados do *Ratio Studiorum*, os grifos são todos nossos.

A utilização da memória (“cultivo da memória”) como recurso pedagógico e como estratégia de aquisição da língua aparece em outras formas de uso oral da língua: sugestões de recitação de poesias, declamações públicas, representações, preleções. Vejamos alguns exemplos do *Ratio* e os diferentes espaços para seus usos. Em relação aos exercícios de Retórica, por exemplo, nas *Regras do Reitor*, a Regra II, *Como deverão ser exercitados* (os exercícios), assim orienta: “Procure também que, por vezes, os nossos retóricos **recitem discursos ou poemas, em latim e em grego**, no refeitório ou no salão, sobretudo assunto religioso...”.

A Regra 33, das *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, trata da preleção e declamação na aula. Aqui aparecem as atividades de recitação e de preleção e uma indicação de repetição, um expediente de função mnemônica: “Na Retórica e na Humanidade, haja, em sábados alternados, **uma preleção grega ou latina, oração ou uma poesia recitada**, em que uma aula convide outra”.

Também na Regra 3, das *Regras do Professor de Retórica*, a importância do exercício da memória e sua relação com a atividade de declamação:

Como ao retórico é necessário o exercício diário da memória e na sua classe ocorram muitas vezes lições demasiado longas para serem aprendidas de cor, determine o Professor o que e quanto se deverá aprender, e, caso ele exigisse, de que modo recitá-lo. **Seria útil que, de quando em quando, dissesse alguém, da cátedra, os trechos aprendidos nos clássicos**, a fim de unir o exercício da memória com a declamação.

Das *Regras do Professor de Retórica*, a Regra 17 trata da declamação pública: “No salão ou na igreja, haja, uma vez por mês, uma oração mais importante ou uma poesia, ou ambas as cousas, ora em latim, ora, em grego (ora em vernáculo), ou um debate com argumentos de um e outro lado e julgamento”. Na Regra 20, os ambientes externos, como o refeitório, aparecem novamente como espaços para o exercício do falar (e, no caso, o falar latim), mas são também espaços de repetições e declamações.

As representações são também formas de exercício do falar. Aqui, o recurso de aproveitamento de certos gêneros textuais e a proposta de atividades de adaptação. A Regra 17, ainda das *Regras do Professor de Retórica*, trata da representação privada, como estratégia didática circunscrita à sala de aula, como forma de treino dos exercícios orais: “... passar aos alunos como assunto algum tema dramático, como uma écloga, algumas cenas ou um diálogo, e o trabalho melhor poderá ser representado na aula, distribuídos os papéis entre os alunos, mas sem nenhum aparato”.

Atentas ao fato de que as atividades relacionadas ao exercício da memória dependem da boa vontade do aprendiz – uma vez que a memória é seletiva, pois o indivíduo tem mais facilidade em memorizar as coisas com as quais tem algum tipo de relação afetiva ou cuja necessidade é, por alguma razão, imperativa –, algumas das Regras se referem a prêmios e castigos, um recurso pedagógico que poderíamos chamar de “recurso-lembrete da memória”, uma forma de agir sobre os sujeitos por dois vieses de necessidade de memória: um mais afetivo, de interesse do sujeito; outro, pelo medo, de perdas ou de castigos.

Outro aspecto que se observa nas regras diz respeito à concorrência vernáculo *versus* latim. O uso do vernáculo aparece com restrições, seja em uma classe com alunos que ainda não compreendem o latim (*Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, Regra 18), seja para um momento de explicação (Regra 27).

Na Regra 5, das *Regras do Professor de Humanidades*, ao falar sobre a preleção, apesar de se solicitar que o professor concentre o seu trabalho nas observações relativas à língua latina, admite-se a expressão de alguma coisa em vernáculo, “principalmente quando possa contribuir para a interpretação do autor ou encerre algo, de particularmente interessante”. Na Regra 5, das *Regras do Professor da Classe Superior de Gramática*, também se admite, na preleção, percorrer o trecho de determinado autor “em vulgar (em vernáculo mais elegante)”.

#### Usos escritos da língua

Os usos escritos do latim, segundo as regras do *Ratio*, estão circunscritos a escritas de cartas, composições poéticas, traduções, versões, retroversões, escritas de provas, assinaturas. Das *Regras do Reitor*, a Regra 8, que trata dos usos do latim, adverte para a necessidade de os escolásticos que não concluíram o curso escreverem suas cartas em latim. Também trata dos exercícios de composições poéticas, sugerindo que, periodicamente, “quando se festeja alguma solenidade, como o começo do ano letivo ou a renovação dos votos, os nossos estudantes de filosofia e teologia componham e exponham em público alguns versos”.

Os exercícios de tradução aparecem nas *Regras do Prefeito de Estudos Inferiores*, na Regra 10, referente aos exames de admissão. Após uma sequência de perguntas investigativas sobre o nível em que se encontra o candidato, indica-se um trabalho escrito individual e uma proposta de “algumas frases ou para se verterem em latim, ou, se for mister, para se traduzirem de algum autor clássico.” Aqui já aparece também a indicação de atividade de versão, do português para o latim, assunto que é discutido mais especificamente na Regra 21, que trata do *Processo do exame*.

Cícero é o autor tomado como modelo para as composições: “o tema da composição [...] quando possível seja dirigido para a imitação de Cícero e segundo

o modelo de uma narração, persuasão, congratulação, admoestação ou coisa semelhante” (*Regras Comuns aos Professores de Classes Inferiores*, Regra 30).

Das *Regras do Professor de Retórica*, a Regra 5, que trata dos exercícios na aula, aponta algumas atividades a serem realizadas enquanto o professor corrige os trabalhos escritos. São atividades variadas ligadas ao escrever: tradução, versão, descrição, reestruturação, composição, entre outras. Há ainda as *Regras da Prova Escrita* que, entre outras coisas, aponta para a necessidade de o autor escrever em latim seu nome e sobrenome.

#### Usos da leitura

Em relação aos usos da leitura, observamos alguns aspectos que merecem atenção por nos darem pistas sobre elementos da cultura escrita relacionados ao latim: quais autores eram indicados para serem lidos, quais obras, quais autores ou obras eram censurados. No período em que vigorou o *Ratio Studiorum*, Cícero certamente foi o autor mais lido e mais imitado. Obviamente a escolha de Cícero está relacionada à própria valorização da Retórica como foco da aprendizagem jesuítica. A censura se dá não apenas em relação a autores reconhecidos por seu estilo mais picante ou por trazer qualquer tema que viesse de encontro aos dogmas católicos, mas também em relação a determinados gêneros. Vejamos algumas indicações de preferências de leituras e indicações de censura aos textos latinos.

Há nas *Regras do Reitor* uma regra que trata das tragédias e comédias, a Regra 13, indicando o caráter esporádico de seu uso e a necessidade de escolha de temas segundo critérios católicos, ou seja, as comédias e tragédias devem ser raras, só devem ocorrer em língua latina e seu assunto deve ser “sagrado e piedoso”; “nada deve haver nos entreatos que não seja em latim e conveniente; personagens e hábitos femininos são proibidos”.

Nas *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, consta a Regra 8, relacionada à leitura espiritual, em que se valoriza sobretudo a vida dos santos e se mostra a necessidade de evitar certas leituras que possam ser nocivas aos bons costumes, inclusive solicitando ao professor “todo empenho para apartar da sua leitura aos discípulos também fora da aula”.

Na Regra 1 – Grau – das *Regras do Professor de Retórica*, há mais uma vez a indicação de Cícero como modelo retórico, além de Aristóteles. Para se chegar à eloquência, determinam-se as duas mais altas faculdades, a oratória e a poética, daí a escolha dos dois autores, o latino e o grego. Demonstra-se a preferência pela oratória, para atender ao que é útil, mas defende-se a poética, para atender à beleza da expressão.

Cícero aparece novamente na Regra 1 – Grau – das *Regras do Professor de Humanidades*, agora entre outros autores de diferentes gêneros, para atender

à formação nas Humanidades. Há, inclusive, a citação de determinadas obras. A intenção é “preparar, nos que terminaram a gramática, o terreno à eloquência”, o que se consegue, segundo a regra do *Ratio*, por três meios: *o conhecimento da língua, alguma erudição e uma introdução breve dos preceitos de Retórica*. O *Ratio* então apresenta, nesta regra, as formas para se chegar a esses meios. O *conhecimento da língua* “consiste principalmente na propriedade e riqueza das palavras” e deve ser adquirido, explicado, “nas lições quotidianas, dos oradores exclusivamente Cícero, e, de regra, escolham-se os seus livros de filosofia moral”. Em seguida, apresenta “os historiadores, César, Salústio, Lívio, Curtius e outros semelhantes”. Seguem-se os poetas, com ênfase para Virgílio, à exceção de algumas élogas e do 4<sup>o</sup> livro da *Eneida* (que trata dos amores e do fim trágico da rainha Dido). Indicam-se as odes “seletas” de Horácio e também elegias, epigramas e outras composições de poetas ilustres, “contanto que expurgados de qualquer inconveniência de expressão”. Quanto aos *conhecimentos eruditos*, indica-se que “sejam ministrados com parcimônia para estimular às vezes e recrear a inteligência, não para impedir a atenção à língua”. Em relação aos *preceitos de Retórica*, indica-se “um breve resumo de Cipriano Soares”<sup>54</sup> e escritos filosóficos de Cícero, ressaltando os que se consideram mais fáceis “como *Pro lege Manilla*, *Pro Archia*, *pro Marcello* ou outras pronunciadas na presença de César”.

Na Regra 1, das *Regras do Professor de Classe Superior de Gramática*, uma seleção de autores e obras, com referência mais uma vez a Cícero, além de determinar a censura com a expurgação de alguns trechos de alguns poetas:

Quanto às leituras, poderão explicar-se no primeiro semestre dos prosadores, as cartas mais importantes de Cícero aos parentes, a Ático, ao irmão Quinto; no segundo, o 1<sup>o</sup> livro da Amizade, da Velhice, os Paradoxos e outros assim; dos poetas no primeiro semestre algumas elegias ou epístolas de Ovídio, escolhidas e expurgadas, no segundo, trechos, também escolhidos e expurgados, de Catulo, Tibulio, Propércio e das Élogas de Virgílio, ou ainda, do mesmo Virgílio, os livros mais fáceis como o 4<sup>o</sup>. das Geórgicas, o 5<sup>o</sup>. e o 7<sup>o</sup>. da *Eneida*; dos autores gregos, S. João Crisóstomo, Esopo, Agapetos e outros semelhantes.

54 Aqui uma citação do manual de retórica indicado. Cipriano Soares entrou para a Companhia em 1549, tendo sido um dos fundadores do Colégio de Jesus de Lisboa. Escreveu a *Arte Retórica*, manual que ocupa lugar primordial entre os livros escolares utilizados pelos jesuítas. Foi professor de Retórica no Colégio das Artes (ou de Santo Antão) de Coimbra (MIRANDA, 2001, p. 119). Outra indicação de método aparece nas *Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores*, Regra 12, ao indicar o *Grau de cada aula*. Trata-se do método do Padre Álvarez para as aulas de Gramática.

Nas *Regras do Professor da Classe Média de Gramática*, Regra 1 – Grau, indica-se que nas preleções só sejam usadas as epístolas familiares de Cícero, algumas poesias muito fáceis de Ovídio. Também nas *Regras do Professor de Classe Inferior de Gramática*, a indicação das Cartas de Cícero, “só as mais fáceis, escolhidas para este fim e, se possível, impressas separadamente”, uma espécie de Cícero “ad usum scholarum”.

#### Notícias de livros do período no Brasil

No *Perfil do Leitor Colonial*, ao analisar o século XVII, Araújo (1999, p. 49-50) se inquieta em relação ao desconhecimento dos livros existentes no Brasil dos seiscentos. Admite que deveria haver livros em nossas terras, mas se pergunta: “Que livros seriam esses? Nenhum historiador de nossa cultura arrisca traduzir com segurança – por absoluta carência de documentos a respeito – um sentido orgânico da leitura brasileira no século XVII.” Nessa tentativa de encontrar algumas respostas, Araújo busca algumas fontes, entre as quais o livro do Fr. Manuel Calado, de 1647: *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. O livro apresenta acontecimentos ocorridos entre os anos de 1634 a 1637. Em passagens do livro, Araújo observa trechos e citações, entre os latinos, de: Ovídio, Virgílio, Túlio, Tácito, Lívio, Marcial. Para Araújo, essas citações insinuam “a leitura desses autores” (p. 51).

Em busca de outras fontes, encontramos em sermões de Vieira (1608 – 1697)<sup>55</sup> referências a autores que, dada a forma com que alguns trechos são citados, certamente foram lidos no período, ao menos por aqueles que, como Vieira, tiveram uma formação privilegiada:

Quando Ovidio estava desterrado no Ponto, hum seu amigo trazia-o retratado na pedra do anel; mas elle mandou-lhe os seus versos, dizendo que aquelle era o seu verdadeyro retrato. *Grata tua est pietas, sed carmina maior imago, sunt mea, quae mando* (p. 420-421).

Logo em seguida, cita Sêneca, articulando as referências do filósofo latino com as ideias que irá apresentar a partir de Santo Agostinho:

Sêneca quando lia as cartas de Lucilio, diz que o via: *Video te mi Lucili, cum maxime audio*. E melhor Autor que estes, S. Agostinho, disse altamente, que em quanto não vemos a Deus em sua propria face, o podemos ver como em imagem nas suas Escrituras (p. 421).

O Pe. João Pereira, do Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, de Portugal & Brasil, nas *Exhoraçãoens domesticas feytas nos collegios, e cazas da Companhia*

---

55 Sermoens do P. Antonio Vieira - Volume 01

de Jesus (1715), Exhortação XIII – *De como seha de escrever*, nos dá pistas de algumas possíveis leituras ocorridas no período. Na página 193, assim se coloca, trazendo Horácio, em sua famosa ode “Exegi monumentum aere perenius”:

... as vozes da lingoa, como qualidade transeunte, passaçõ, & como ar, naõ duraõ: as vozes da escriptura, como sejaõ permanentes, sempre duraõ, & com o tempo naõ acabaõ: na duraçaõ compete com os bronzes; & quanto pode, faz paralelo com a eternidade: *Exegi monumentum aere perēnius*.

Mais à frente, às páginas 198 e 199, o Sermão de Vieira é retomado na citação de Ovídio:

Hum amigo de Ovidio, quando estava desterrado no Ponto, pello naõ perder de vista, o trazia debuxado na pedra de hum anel; mas Ovidio, por se fazer mais presente, lhe mandou um retrato mais ao vivo, & mais expresso, & foi a escriptura a seos versos: *Grata tua est pietas, sed carmina maior imago Sunt mea...*

Na sequência, à página 199, como no sermão de Vieira, cita Sêneca: “E Seneca, quando lia as cartas de Lucilio, diz, que o via: *Video te Lucili, cū maxime audio*”. Ainda se refere a um “Juvenal Satyrico”.

Em Vieira, ainda no primeiro volume dos Sermões, encontramos referência a autores cômicos latinos, quando fala das pregações do tempo em que ele vive como fábulas, fingimentos, sem fundamento de verdade. Para ele, o pregador sobe ao púlpito como comediante. Traz um dado interessante sobre a permanência do gênero: “Hũa das felicidades, que se contava entre as do tempo presente, era acabaremse as comedias em Portugal; mas não foi assi. Naõ se acabaraõ, mudaraõse do theatro ao pulpito”. Ainda assim, valoriza os conteúdos das comédias clássicas, citando Plauto, Terêncio e Sêneca, este último escritor de tragédias:<sup>56</sup>

Tomàra ter aqui as comedias de Plauto, de Terencio, de Seneca, & ve-rieys senaõ achaveis nellas muytos desenganos da vida, & vaidade do mundo, muytos pontos de doutrina moral, muyto mais verdadeyros, & muyto mais solidos, do que hoje se ouvem nos pulpitos (*Sermão da Sexagésima*, p. 74).

Ainda cita Sêneca em carta a Lucílio à página 1045. No texto de aprovação ao livro de Vieira, escrito pelo Frei João da Madre de Deus (examinador para efeitos

56 O texto de Sêneca que mais se aproxima de uma comédia (em sentido lato) é a Apocolocintose do divino Cláudio, uma reação ao exílio que sofreu por ordem do princeps. Na verdade, a Apocolocintose é uma sátira menipeia, por mesclar prosa e verso, no estilo do sério-cômico (SILVA, 2008).

de censura), também há uma referência do Frei a Plínio, que citamos abaixo, ainda que longa, dada a forma como o Frei avalia o estilo de Vieira a partir de Plínio:

Digo pois de cada hum destes Sermões o que disse Plinio no 2ffl livro das suas Epistolas Ep. 3. *Proemiatur aptè narrat apertè, pugnat acriter, colligit fortiter, ornat excelsè*. Começa com energia viva, que atrahe; prosegue com claridade singular, que deleyta; prova com viveza grave, que admira; recolhe com variedade eloquente, que ensina; adorna com excellencia sentenciosa, que suspende: & o que he mais difficultoso *Postremò docet, delectat, afficit*. Diverte como se não advertisse; ensina como se não recreasse; deleyta como se não reprehendesse; aproveyta como se não deleytasse.

No segundo volume dos Sermões, encontramos, no *Sermão da Gloria de Maria Mãe de Deos*, novas referências a Sêneca: “Comecemos pelos Filósofos: Poem em questão Seneca; & disputa sutilissimamente no livro terceyro dos cinco que intitulou de Beneficijs, se pòde hum filho vencer em algum beneficio a seu pay?” (§ III, p. 31). Em seguida, Ovídio, em relação às *Metamorfoses*: “Faz paralelo Ovidio entre os dous primeiros Cesares, Julio, & Augusto, aquelle Pay, & este Filho: & depois de assentar, ã a mayor obra de Julio Cesar, foy ter hum tal Filho como Augusto”.

No terceiro volume dos Sermões, no *Sermão do Bom Ladram*, Sêneca reaparece: “Quando li isto em Seneca,<sup>57</sup> não me admirey tanto de que hum Filosofo Estoico se atrevesse a escrever hũa tal sentença em Roma, reynando nella Nero” (p. 326).

No Sermão de Santa Catherina, no mesmo volume, Tito Lívio é citado, quando Vieira narra o desafio dos tres Horácios Romanos contra os três Coriácios Albaneses: “... ficou com a inteira vitória Tito Lívio, & os outros Historiadores Romanos celebraõ muito esta façanha, dizendo, que o terceiro Horacio venceo aos tres Coriacios; mas não dizem bem. Venceo por tres vezes a cada hum, mas não venceo a todos tres”<sup>58</sup> (p. 259).

#### Repercussões formativas

Em autores literários do período, podem ser observadas influências do latim como língua de escrita poética. São escritores brasileiros que, após estudos iniciais em terras brasileiras, se dirigem a Coimbra para cursos superiores. Ou seja, escritores

57 Em latim, a citação de Sêneca, seguida da tradução de Vieira: “Se o Rey de Macedonia, ou qualquer outro fizer o que faz o ladraõ, & o pirata, & o Rey, todos tem o mesmo lugar, & merecem o mesmo nome”.

58 O desafio consta do seguinte: “dous Coriacios mataraõ dous Horacios, & o terceiro Horacio que ficou, matou aos tres Coriacios: mas como?”

que tiveram contato com a pedagogia jesuítica e, portanto, com o currículo jesuítico proposto no *Ratio Studiorum*. Nosso objetivo aqui é, indiciariamente, mostrar alguns usos do latim no período e possíveis representações sobre os utentes da língua.



Figura 8: Frontispício do livro

*Musica do Parnaso* de Manoel Botelho de Oliveira. Lisboa, 1705

Manuel Botelho de Oliveira, poeta baiano que viveu entre os anos de 1636 e 1711, portanto no período em que estamos estudando os usos do latim, deixou-nos a obra *Música do Parnaso*. Plurilingue, a obra está “dividida em quatro côros de rimas portuguezas, castelhanas, italianas e latinas com seu descante cómico reduzido em duas comédias” (GAMA, 1914, p. 23). Destacamos Botelho de Oliveira como o primeiro brasileiro que conseguiu mandar ao prelo um volume de poesias, ou seja, o primeiro brasileiro a ter publicado um livro ainda em vida, numa época em que não havia imprensa no Brasil. Daí *Música do Parnaso* ter sido publicada em Portugal.

Contemporâneo de Botelho de Oliveira, Gregório de Matos (1633 – 1696) terá como alvo de sua sátira não apenas os letrados da terra, mas também os chegados de Portugal, caracterizados como “papagaios”, “asnos”, “nescios” (HANSEN, 2004[1942], p. 472), como é o caso da “crítica ao doutor Antônio Rodrigues da Costa, Cavalheiro do Hábito de Cristo, chegado de Portugal com um vestido verde e canhões de veludo, aborrecido por mau letrado e por jurista intruso” (HANSEN, 2004[1942], p. 472), que papagaia num “arremedo de latim”:

Casus est iste, dizeis,  
reverente: é grão Latim!  
dissera um vilão ruim  
tirado ant'onte das cabras  
tais latins, nem tais palavras?  
vá lavar-se ao mar Euxino  
o latim do Calepino,  
e o do Padre Manuel Abrás. (OC, III, p. 718)

Vê-se já aqui, nesse período, conforme está em Hansen (2004[1942], p. 473)  
o fato de fazer mau uso do latim, de desconhecê-lo, converter-se em objeto de sátira:

Ó laçao alatinado,  
ó macarrônico ilustre,  
ó jurista balaústre  
ao machado torneado. (OC, III, p. 718)

O mesmo ocorre numa crítica que encontramos ao vigário Antônio  
Marques de Perada, com presunções de sábio e engenhoso:

Este Padre Frisão, êste sandeu  
Tudo o demo lhe deu, e lhe otorgou,  
**Naõ sabe musa musae**, que estudou,  
Mas sabe as ciências, que nunca aprendeu.  
(OC, II, p. 286, grifo nosso)

Pela citação de Gregório, seria *musa, musae* o paradigma de então para a  
memorização da 1ª declinação? Seria o que para as propostas pedagógicas mais  
tradicionais de hoje é a declinação de *rosa, rosae*?

Gregório também se utiliza do latim, língua com que identifica membros  
da igreja, para fazer sua sátira:

Verá na realidade  
aquilo, que já se entende  
de uma puta, que se rende  
às porcarias de um Frade:  
mas se não vê de verdade  
tanto lascivo exercício,

é, porque cego do vício  
**não lhe entra no oculorum**  
**o secula seculorum**  
**de uma puta de ab initio.**  
(OC, II, p. 338, grifo nosso)

No uso do latim pode, inclusive, rever a terminação de um nome português para fazer a galhofa com rima:

De fornicário em ladrão  
se converteu **Frei Foderibus**  
o lascivo **em mulieribus.**  
(OC, II, p. 324, grifo nosso)

Até o período que estamos analisando, observa-se uma presença do latim como língua de cultura e uma cultura latina recuperada através da citação e indicação de possíveis leituras de seus principais expoentes. Obviamente, dadas as proporções deste trabalho, ficamos com apenas alguns exemplos exploratórios iniciais, mesmo porque, muitas vezes, a tarefa de buscar referências ao latim em obras de publicação afastada no tempo é como – seja permitida a citação popular – buscar agulha no palheiro.

## QUOD HODIE NON EST CRAS ERIT.

*(O que não é de hoje será de amanhã)*

Não nos propomos aqui estabelecer conclusões sobre um trabalho que ainda está desenvolvendo. Assim, dizendo o prosaico “para concluir”, deixaremos de retomar aspectos que foram discutidos ao longo do texto e que, portanto, são conclusões que foram sendo apresentadas para o período estudado até o momento e optaremos por indicar os caminhos futuros da pesquisa. Nesse sentido, este trabalho se direcionará para o estudo de outros períodos e se centrará no século XX, momento de ascensão e declínio acentuados dos usos da língua. Estamos, pois, nos propondo a, após percorrer quase 400 anos de história da língua latina no Brasil, analisar mais detidamente os métodos que aqui circularam no século passado.

Continua...

## REFERÊNCIAS

- AULO GÉLIO (2010). *Noites Áticas*. Tradução e notas de José R. Seabra F. Introdução de Bruno Fregni Basseto. Londrina: Eduel.
- ANCHIETA, José de (1990[1584]). *Textos Históricos. José de Anchieta*. Pesquisa, introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J. Obras Completas, 9<sup>ffl</sup> volume. São Paulo: Edições Loyola.
- ANCHIETA, José de (1989). *Poesias. José de Anchieta*. Transcrições, traduções e notas de M. de L. de Paula Martins. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- ARAÚJO, Jorge de Souza (1999). *Perfil do leitor colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC.
- BARLÉU, Gaspar (1940[1647]). *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc.* Trad. e anotações de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação.
- BURKE, Peter (1995). *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- ABREU, Capistrano de (1935). *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del rey nosso Senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio*. Confissões da Bahia, 1591-92, com prefácio de Capistrano de Abreu. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Ca.
- CAIRUS, Henrique (2011). O lugar dos clássicos hoje: o supercânone e seus desdobramentos no Brasil. In: VIEIRA, Brunno V. G. e THAMOS, Márcio (orgs). *Permanência Clássica: visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana*. São Paulo: Escrituras Editora. p. 125-143.
- CARTAS JESUÍTICAS I (1931). *Manuel da Nóbrega. Cartas do Brasil (1549-1560)*. Publicação da Academia Brasileira, Coleção "Afrânio Peixoto". Notas de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica.
- CARTAS JESUÍTICAS II (1931). *Cartas Avulsas (1550-1568)*. Publicação da Academia Brasileira, Coleção "Afrânio Peixoto". Notas de Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica.
- CARTAS JESUÍTICAS III (1933). *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta S.J. (1554-1594)*. Publicações da Academia Brasileira. Notas de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003). Historia de la cultura escrita. Ideas para el debate. In.: *Revista Brasileira de História da Educação*. Dossiê "O Público e o Privado na Educação Brasileira", n. 5, Campinas/SP: SBHE/Autores Associados, jan/jun. p. 93-124

- CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas: discurso, práctica, representación*. Cuadernos de trabajo nffl 2. Edición de Isabel Morant Deusá. España, Valência: Fundación Cañada Blanch, 1999.
- CONSTITUIÇÕES DA COMPANHIA DE JESUS E NORMAS COMPLEMENTARES (2004). Edição de Manuel Iglesias. São Paulo, Edições Loyola.
- DOMINGUES, Agostinho de Jesus (2002). *Os clássicos latinos nas antologias escolares dos jesuítas nos primeiros ciclos de estudos pós-elementares no século XVI em Portugal*. Tese de Doutorado. Porto: Universidade do Porto.
- FARIA, Ernesto (1941). *O latim e a cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: F. Griguet & Cia.
- FARIA, Ernesto (1959). *Introdução à didática do latim*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- FRANÇA, Leonel S.J. (1952). *O Método Pedagógico dos Jesuítas – O “Ratio Studiorum”*. Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora. Disponível no site do grupo HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, da UNICAMP: [www.histedbr.fae.unicamp.br/.../ratio%20studiorum.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/.../ratio%20studiorum.htm). Acesso em 15 de junho de 2011.
- GAMA, A. C. Chichorro da (1914). *Miniaturas biographicas. Apontamentos de litteratura classica brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Francisco Alves & Cia; Paris/Lisboa: Aillaud, Alvez & Cia.
- GINZBURG, Carlo (1989). *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras.
- HANSEN, João Adolfo (2004[1942]). *A Sátira e o Engenho*. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2ª ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- MATTOS, Gregório de (1999). *Crônica do Viver Baiano Seiscentista*. Obra Poética Completa. v. III. Rio de Janeiro: Record.
- MATTOS, Gregório de (1969). *Crônica do Viver Baiano Seiscentista*. Obra Poética Completa. v. II. Salvador: Edições Janaína.
- MATTOS, Luiz Alves de (1958). *Primórdios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Aurora.
- OLIVEIRA, Manuel Botelho de (2005[1705]). *Música do Parnaso*. A poesia aguda do engenhoso fidalgo Manuel Botelho de Oliveira por Ivan Teixeira. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- PEREIRA, Pe. João (1715). *Exhoraçãoens domesticas feytas nos collegios, e cazas da Companhia de Jesus*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFFICIO ÀS PARTES DO BRASIL (1922). *Confissões da Bahia*. 1591 – 92. São Paulo: Editor Paulo Prado.

Disponível em: <http://archive.org/stream/primeiravisitaoosociuoft#page/n5/mode/2up>

RANIERI, Carli (2010). *Educação e cultura na história do Brasil*. Curitiba: IBPEX.

*RATIO ATQUE INSTITUTIO SOCIETATIS IESU* (MDXCVIII). Neapoli: Typ. Tarquinii Longi.

MIRANDA, Maria Margarida Lopes de (2001). Cipriano Soares e Miguel Venegas: o poema dedicatório dos *De Arte Rhetorica Libri Tres* (1562), *Boletim de Estudos Clássicos*, Coimbra, 35 (junho de 2001), p. 119-123

RUDDER, Orlando de (2008). *Cogito ergo sum*. Dicionário comentado de expressões latinas. Lisboa: Edições Texto & Grafia.

SAVIANI, Dermeval (2008). *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 2 ed. rev. e ampl. Campinas-SP: Autores Associados.

SCHWARCZ, Lilia; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA, Angela Marques (2002). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

SERAFIM LEITE, S.I. (1938). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. t. 2 (Século XVI – A Obra). Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, Frederico de Souza (2008). *Apocolocintose do Divino Cláudio: tradução, notas e comentários*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP.

SILVA, Vítor M. P. de Aguiar e (1988). *Teoria da Literatura*. 8ff ed. Coimbra: Livraria Almedina.

TERÊNCIO (1945 [185 a 159 a.C.]). *Comédias*. São Paulo: Edições Cultura.

TOSI, Renzo (2000). *Dicionário de sentenças gregas e latinas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.

TUFFANI, Eduardo (2000-2001). Os estudos latinos no Brasil. *Clássica*, São Paulo, 13/14. p. 393-402.

TUFFANI, Eduardo (2006). *Repertório Brasileiro de Língua e Literatura Latina* (1830-1996). Cotia, SP: Ibis.

VASCONCELLOS, Pe. Simam de (1672). *Vida do veneravel Padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesu, tavnmatvrgo do Novo Mundo, na prouincia do Brasil*. Lisboa: Officina Ioam da Costa.

VASCONCELOS, Pe. Simão de (1865[1663]). *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo*. Lisboa: Editor A. J. Fernandes Lopes.

VIEIRA, Antonio (1679). *Sermoens do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu...* Primeira Parte. Lisboa: Officina de Ioam da Costa.

VIEIRA, Antonio (1682). *Sermoens do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu...*  
Segunda Parte. Lisboa: Officina Miguel Deslandes.

VIEIRA, Antonio (1683). *Sermoens do P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesu...*  
Terceira Parte. Lisboa: Officina Miguel Deslandes.